



Número: **0802335-18.2019.8.15.0351**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **3ª Vara Mista de Sapé**

Última distribuição : **03/09/2019**

Valor da causa: **R\$ 10.968,75**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE (AUTOR)		JOSE ALVES DA SILVA NETO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
24094075	03/09/2019 16:35	<a href="#">Petição Inicial</a>	Petição Inicial
24094080	03/09/2019 16:35	<a href="#">Seguro DPVAT- Hugo</a>	Outros Documentos
24094081	03/09/2019 16:35	<a href="#">Procuração</a>	Procuração
24094083	03/09/2019 16:35	<a href="#">RG E CPF</a>	Documento de Identificação
24094084	03/09/2019 16:35	<a href="#">Comprovante de Residência</a>	Documento de Comprovação
24094088	03/09/2019 16:35	<a href="#">Boletim de Ocorrência</a>	Documento de Comprovação
24094090	03/09/2019 16:35	<a href="#">DUT</a>	Documento de Comprovação
24094094	03/09/2019 16:35	<a href="#">Laudo Médico</a>	Documento de Comprovação
24094097	03/09/2019 16:35	<a href="#">Relatório de Cirurgia</a>	Documento de Comprovação
24094452	03/09/2019 16:35	<a href="#">Laudo Administrativo</a>	Documento de Comprovação
24159362	05/09/2019 13:11	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
24321866	11/09/2019 13:53	<a href="#">Expediente</a>	Expediente
25243019	11/10/2019 15:23	<a href="#">Emenda à Inicial</a>	Petição
25243023	11/10/2019 15:23	<a href="#">Laudo</a>	Documento de Comprovação
25243027	11/10/2019 15:23	<a href="#">Laudo Hospitalar</a>	Documento de Comprovação
25243030	11/10/2019 15:23	<a href="#">GuiaCustas</a>	Documento de Comprovação
25243032	11/10/2019 15:23	<a href="#">Declaração Imposto de Renda 2019</a>	Documento de Comprovação
25243033	11/10/2019 15:23	<a href="#">Declaração Imposto de Renda 2018</a>	Documento de Comprovação
25243034	11/10/2019 15:23	<a href="#">Declaração Imposto de Renda 2017</a>	Documento de Comprovação

25243 036	11/10/2019 15:23	<a href="#">Contracheques</a>	Documento Recibos Salariais
25243 037	11/10/2019 15:23	<a href="#">Contracheques 1</a>	Documento Recibos Salariais
25243 038	11/10/2019 15:23	<a href="#">Contracheques 2</a>	Documento Recibos Salariais
25268 363	14/10/2019 12:03	<a href="#">Decisão</a>	Decisão
26286 142	18/11/2019 15:45	<a href="#">Petição</a>	Petição
26286 147	18/11/2019 15:45	<a href="#">1 parcela</a>	Documento de Comprovação
26305 569	25/11/2019 20:08	<a href="#">Despacho</a>	Despacho
27203 860	19/12/2019 08:33	<a href="#">2º parcela das Custas</a>	Petição
27203 863	19/12/2019 08:33	<a href="#">2 parcela Custas340</a>	Documento de Comprovação
27354 644	09/01/2020 08:56	<a href="#">Expediente</a>	Expediente

SEGUE INICIAL EM ANEXO.



José Alves da Silva Neto

OAB/PB 14.651

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA \_\_\_\_ª VARA CÍVEL  
DA COMARCA DE SAPÉ/PB.

**JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, brasileiro, casado, funcionário público, portador da cédula identidade RG nº 2.875.499 SSP/PB, inscrito no cadastro de pessoa física CPF nº 044.202.054-66, residente e domiciliado na Av. Getúlio Vargas, nº 271, Centro, Sapé/PB, CEP: 58.340-000, vem respeitosamente perante Vossa Excelência, por meio de seu procurador signatário, conforme instrumento em anexo, com escritório localizado na Av. Orcine Fernandes, s/n, Mel Shopping, Sala 118, Térreo, Centro, Sapé-PB, Tel. 99977-6585 e 99303-3739, mover á presente:

**AÇÃO DE COBRANÇA DE SEGURO OBRIGATÓRIO (DIFERENÇA DE VALORES – DPVAT).**

Em face de **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ nº 09.248.608/0001-04, com endereço na Rua Senador Dantas, nº 74, 5º andar, CEP 20031-205, Rio de Janeiro/RJ, pelos fatos e fundamentos adiante delineados, alicerçado nos seguintes fundamentos de fato e jurídicos que passa a expor:

**I – DOS FATOS E DOS DIREITOS.**

O Autor foi vítima de acidente de trânsito em 20/03/2018, na cidade de Sapé/PB, fato ocorrido na saída para a cidade de MARÍ-PB, conduzia a Motocicleta Honda NXR 160 BROS ESDD, cor vermelha, ano e modelo 2017, de placas QFV 0205/PB, sofrendo lesões corporais, chegando a quebrar o colo de FÊMUR da perna direita, inclusive sendo necessário passar por procedimento cirúrgico, onde foi colocado parafusos no membro para a cicatrização do mesmo, conforme Boletim de Ocorrência em anexo, da Polícia Civil.

Desse sinistro, restaram lesões preocupantes no Autor, tais como: **Lesão Grave do Fêmur**, sendo necessário procedimento cirúrgico, ficando no hospital por 08 dias, conforme Laudo Médico acostado a exordial.





Passou por uma perícia Administrativa onde foi constatado o seguinte:

**Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um quadril 25%;**

**Graduação: Em grau intenso 75% invalidez permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%;**

**Valor a indenizar: 18,75% = 13.500,00= R\$ 2.531,25.**

Acontece que a parte autora recebeu administrativamente o valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um reais e vinte e cinco centavos), conforme demonstrativo de pagamento da Seguradora Líder em anexo datado em 27/03/2019.

Destarte, o valor recebido é inferior ao que a parte autora tem direito, tendo em vista, que a redução funcional (debilidade permanente) do membro supramencionado corresponde ao valor do teto correspondente a R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), conforme tabela DPVAT, segundo prontuário médicos acostado em anexo, bem como o grau da lesão e dores que o autor vem sentindo, ou seja, debilidade permanente.

O próprio nome do Seguro DPVAT é esclarecedor: Danos Pessoais Causados por Veículos Automotores de Via Terrestre. Isso significa que o DPVAT é um seguro que indeniza vítimas de acidentes causadas por veículos que têm motor próprio (automotores) e circulam por terra ou por asfalto.

O Seguro Obrigatório DPVAT foi criado pela Lei nº 6.194/74, com o objetivo de garantir às vítimas de acidentes causados por veículos, ou por suas cargas, indenizações em caso de morte e invalidez permanente, e o reembolso de despesas médicas.

As indenizações do DPVAT são obrigatórias porque foi criado por lei, em 1974. Essa lei determina que todos os veículos automotores de via terrestre, sem exceção, paguem o seguro. A obrigatoriedade do pagamento garante às vítimas de acidentes com veículos o recebimento de indenizações, ainda eu os responsáveis pelos acidentes não arquem com essa responsabilidade.

Tendo em vista as previsões legais da Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 11482/2007 (art. 8º), que criou o Seguro Obrigatório de Danos Pessoais Causadores por Veículos Automotores de Vias Terrestres (DPVAT), o Autor faz jus à indenização financeira pelas sequelas decorrentes do acidente de trânsito, ou seja, da invalidez permanente, conforme atesta os documentos médicos em apenso, no valor estabelecido conforme o art. 3º, inciso II e III, in verbis:

Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, por invalidez permanente, total ou parcial, e por despesas de assistência médica e suplementares, nos valores e conforme as regras que se seguem, por pessoa vitimada:

I - R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de morte

II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - no caso de invalidez permanente



III - até R\$ 2.700,00 (dois mil e setecentos reais) - como reembolso à vítima - no caso de despesas de assistência médica e suplementares devidamente comprovadas.

Apenas a título ilustrativo, cabe aludir que se considera invalidez a perda ou redução da funcionalidade de um membro ou órgão. Essa perda ou redução é indenizada pelo Seguro DPVAT quando resulta de um acidente causado por veículo e é permanente, ou seja, quando a recuperação ou reabilitação da área afetada é dada como inviável. A invalidez é considerada permanentemente quando a funcionalidade do órgão ou membro é afetada integralmente ou em parte.

A parte autora, através de seu procurador, munira-se de todos os documentos exigidos pela legislação susomencionada, tais como laudo médico dos danos físicos que acometem e o registro de ocorrência no órgão policial competente, estritamente de acordo com o art. 5º, conforme segue:

Art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

Assim, instruído de todos os documentos hábeis à sua pretensão, têm o requerente direito à indenização. Dessa forma, o Autor busca junto aos braços do Poder Judiciário o reconhecimento de sua justa indenização.

Ademais, a matéria resta exaustivamente analisada e pacificada:

APELAÇÃO CÍVEL. SEGUROS. [DPVAT](#). INDENIZAÇÃO CORRESPONDENTE A VALOR CERTO E DETERMINADO - TARIFADO EM LEI PARA OS CASOS DE INVALIDEZ PERMANENTE. MEDIDA PROVISÓRIA 340/2006. PAGAMENTO PARCIAL. COMPLEMENTAÇÃO DO VALOR DEVIDO. 1. Não há que se falar em graduar a invalidez permanente com base na Resolução n.º [1/75](#) de 03/10/75, editada pelo Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, pois, em se tratando de norma regulamentar, não pode esta dispor de modo diverso da Lei n.º [6.194/74](#), de hierarquia superior. 2. A percepção dos valores referentes ao seguro [DPVAT](#) na esfera administrativa a título de liquidação de sinistro não importa em abdicar do direito de receber indenização tarifada, havendo saldo a ser satisfeito, resultante da diferença entre o valor recebido e aquele efetivamente devido em face do previsto em lei. [3](#). A parte autora possui direito à complementação do valor da indenização tarifado em R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), devendo ser abatido o valor atinente ao pagamento parcial efetuado na esfera administrativa, montante este que deve ser corrigido monetariamente pelo IGP-M, a contar daquele termo, acrescidos de juros moratórios a partir da citação. 4. Honorários advocatícios. Majoração para 15% do valor da condenação. Dado parcial provimento aos recursos. (Apelação Cível Nº 70028013035, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Jorge Luiz Lopes do Canto, Julgado em 21/01/2009).

Nota-se claramente que a lei foi criada para a indenização de vítimas de acidentes de trânsito, tudo nos termos da Lei nº 6.194/74, com a redação dada pela Lei nº 8.441/92.



Ex positis, conclui-se que é suficiente, portanto, a apresentação do laudo médico e o registro da ocorrência no órgão policial, para o devido pagamento da indenização, sendo abusiva qualquer outra exigência fora dos itens supracitados.

Ademais, não há que se falar em graduar a invalidez permanece com base na Resolução nº 1/75 de 03/10/75, editado pelo Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP, pois em se tratando de norma regulamentar não pode dispor de modo diverso da Lei nº 6.194/74, de hierarquia superior, de sorte que é incabível a limitação da indenização com base na resolução precitada. Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Conforme o art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), com a redação anterior à Lei [11.482/2007](#), o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. [3º](#) da Lei nº [6.194/74](#) não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008).

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo [3º](#), alínea b da Lei nº [6.194/74](#). A Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [8.441/92](#), é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Frisa-se que, em se tratando de seguro pessoal, não se pode investigar quanto à proporção do prejuízo sofrido, pois a vida ou a redução da capacidade produtiva não é passível de perfeita estimativa econômica, consoante estabelece o art. 789 do novel Código Civil, o que atentaria ao princípio da dignidade humana.



No caso em tela, a parte autora recebeu pequeno percentual ao qual lhe é devido, no valor de R\$ 2.531,25 (dois mil quinhentos e trinta e um real e vinte e cinco centavos).

Portanto é jurídica e perfeitamente possível a pretensão deduzida, que diz respeito à cobrança da indenização assegurada pelo referido seguro, diante do implemento do risco contratado, quanto mais em se tratando de responsabilidade objetiva a que está sujeita a empresa seguradora. Nesse sentido, é assentado o entendimento jurisprudencial tanto no STJ quanto nesta Corte, cujos julgados são transcritos a seguir:

CIVIL. SEGURO OBRIGATÓRIO ([DPVAT](#)). VALOR QUANTIFICADO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. INDENIZAÇÃO LEGAL. CRITÉRIO. VALIDADE. LEI N. [6.194/74](#). RECIBO. QUITAÇÃO. SALDO REMANESCENTE. I. O valor de cobertura do seguro obrigatório de responsabilidade civil de veículo automotor ([DPVAT](#)) é de quarenta salários mínimos, assim fixado consoante critério legal específico, não se confundindo com índice de reajuste e, destarte, não havendo incompatibilidade entre a norma especial da Lei n. [6.194/74](#) e aquelas que vedam o uso do salário mínimo como parâmetro de correção monetária. Precedente da 2ª Seção do STJ (REsp n. 146.186/RJ, Rel. P/ Acórdão Min. Aldir Passarinho Junior, por maioria, julgado em 12.12.2001). II. O recibo dado pelo beneficiário do seguro em relação à indenização paga a menor não o inibe de reivindicar, em juízo, a diferença em relação ao montante que lhe cabe de conformidade com a lei que rege a espécie. III. Recurso especial conhecido e provido. (REsp 296.675/SP, Rel. Ministro ALDIR PASSARINHO JUNIOR, QUARTA TURMA, julgado em 20.08.2002, DJ 23.09.2002 P. 367).

SEGURO OBRIGATÓRIO. DPVAT. INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de falta de interesse processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). De acordo com o art. 3º da Lei nº [6.194/74](#), o pagamento da indenização está condicionado à prova do acidente e do dano. Caso em que a prova pericial demonstra que o autor não restou inválido. Complementação da indenização que não é devida. Apelo desprovido. (Apelação Cível Nº 70021060868, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 03/10/2007)

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. VALOR DA INDENIZAÇÃO. FIXAÇÃO EM SALÁRIOS MÍNIMOS. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. A pretensão do beneficiário que busca a complementação do seguro [DPVAT](#), nasce no momento do pagamento a menor. Prescrição afastada de ofício. 2. Existe lei específica que regula o Seguro Obrigatório, estipulando o valor de até 40 (quarenta) salários mínimos para indenizações no caso de invalidez permanente. 3. O Conselho Nacional de Seguros Privados não é competente nem para alterar os valores estipulados em lei ordinária, nem para estabelecer uma diferenciação de graduação de invalidez permanente que a Lei nº [6.194/1974](#) não estabelece. A quitação não tem o efeito extinguir o direito dos beneficiários de indenização paga a menor de virem a juízo reclamar a diferença que lhes é devida. 4. O artigo 3º, da Lei [6.194/74](#) não utilizou o salário mínimo como fator de atualização da moeda, pois, limitou-se a quantificar a indenização. APELO PROVIDO (Apelação Cível Nº 70020438214, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Paulo Sérgio Scarpato, Julgado em 29/08/2007).



SEGURO [DPVAT](#). INVALIDEZ. QUITAÇÃO DO VALOR RECEBIDO. PAGAMENTO DA INDENIZAÇÃO NOS LIMITES DA TABELA DO CNSP. VINCULAÇÃO DO VALOR AO SALÁRIO MÍNIMO. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. A renúncia só se opera quanto aos valores já recebidos, não atingindo a diferença a que ainda tem direito o autor. Não há falar em prescrição, que, no caso, se houvesse, deveria contar da data do pagamento parcial, uma vez que foi quando o autor teve ciência do resultado do processo administrativo, passando a ter direito à complementação postulada. É de 40 salários mínimos o valor da indenização para o evento invalidez, segundo o artigo 3º, letra a da Lei nº [6.194/74](#). A Lei nº [6.194/74](#), alterada pela Lei nº [8.441/92](#), é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNPS ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. Juros de mora de 1% ao mês, a contar da citação. Preliminares rejeitadas. Apelo provido, em parte. (Apelação Cível Nº 70020452140, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 01/08/2007).

Destaca-se então o grau de reduções das funcionalidades do Autor, tendo em vista o grave ferimento, sendo eles lesão grave no Fêmur, conforme Laudo Médico acostado a exordial, tornando-se evidente assim a impossibilidade de voltar ao trabalho, uma vez que permanece debilitado, ficando com a perna desalinhada, precisando, inclusive de uma nova cirurgia.

Com tal entendimento, a interpretação histórica da norma legal, valorando o verdadeiro e original espírito da lei, segundo almejado na “mens legislatoris”, bem assim a hermenêutica sistemática do dispositivo legal em análise, adequando-o aos princípios da Constituição Federal.

Nesse sentido são os arestos a seguir transcritos:

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de carência de ação, por falta de interesse processual afastada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº [6.194/74](#). Conforme o art. 5º da Lei nº [6.194/74](#), com a redação anterior à Lei [11.482/2007](#), o pagamento da indenização está condicionado apenas à prova do acidente e do dano decorrente. Outrossim, comprovada a invalidez permanente, o valor da indenização deve corresponder a até 40 vezes o salário mínimo vigente na época da liquidação do sinistro, porquanto a alínea `b do art. 3º da Lei nº [6.194/74](#) não faz diferenciação quanto ao grau da invalidez. Fixação da indenização em salários mínimos como critério de cálculo. Apelação desprovida. (Apelação Cível Nº 70023264666, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Leo Lima, Julgado em 21/05/2008)

SEGURO OBRIGATÓRIO. [DPVAT](#). INVALIDEZ PERMANENTE. Preliminar de ilegitimidade passiva rejeitada. A indenização atinente ao Seguro Obrigatório de Danos Pessoais causados por Veículos Automotores de Vias Terrestres ([DPVAT](#)) pode ser exigida de qualquer seguradora integrante do consórcio constituído, obrigatoriamente, por todas as seguradoras que operam no referido seguro. Preliminar de falta de interesse



processual rejeitada. A quitação dada pelo autor não tem o condão de obstar o direito de cobrar a diferença entre o valor efetivamente indenizado e o previsto na Lei nº 6.194/74. Preliminar de falta de documento imprescindível ao exame da lide, também repelida, diante dos documentos juntados aos autos. Estando presente o nexo de causalidade entre o acidente e a invalidez permanente da parte autora, reconhecida pela seguradora na seara administrativa, é de 40 salários mínimos o valor da indenização, segundo o artigo 3º, alínea b da Lei nº 6.194/74. A Lei nº 6.194/74, alterada pela Lei nº 8.441/92, é o único texto legal que confere competência para fixação dos valores das indenizações do seguro obrigatório, não havendo autorização legal que legitime as Resoluções do CNSP ou de qualquer outro órgão do Sistema Nacional de Seguros Privados para fixar ou alterar os valores indenizatórios cobertos pelo seguro obrigatório sobre danos pessoais causados por veículos automotores. À unanimidade, preliminares rejeitadas. Apelo desprovido, por maioria. (Apelação Cível Nº 70023291230, Quinta Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: Umberto Guaspari Sudbrack, Julgado em 23/04/2008).

Tendo em vista todo o exposto, bem como os laudos médicos periciais colacionados a exordial, entende-se que o valor arbitrado para o DPVAT merecido pelo Autor não foi o valor que lhe depositaram, restando demonstrado as presentes sequelas em caráter permanente em que o Autor se encontra.

## **II - DA ASSISTÊNCIA JUDICIÁRIA GRATUITA**

Tendo em vista que o Autor não possui condições financeiras de arcar com as custas e demais despesas processuais, sem que isso lhe acarrete prejuízo financeiro, para tanto com amparo dos artigos 98 e 99 do CPC, pede lhe seja concedida Assistência Judiciária Gratuita.

## **III – DOS PEDIDOS**

Diante do exposto, requer a Vossa Excelência:

Que seja designada audiência de Conciliação;

- a) A citação da SEGURADORA LÍDER, por Carta com Aviso de Recebimento, no endereço declinado no preâmbulo, para contestar a presente ação, sob pena de revelia quanto ao fatos alegados, devendo acompanhar o processo até a sentença final;
- b) A condenação da Requerida ao pagamento da diferença do Seguro DPVAT a parte Autora, caso o Perito Oficial chegue a um percentual maior ao que foi dado pelo perito da seguradora, corrigidos pelo IGP-M desde a data do pagamento administrativo e juros de 1% ao mês desde a citação;
- c) A condenação da Requerida em custas e honorários advocatícios em 20% (vinte por cento) sobre o valor da condenação
- d) A produção de todos os meios de prova em direito admitidas, especialmente, a prova testemunhal, prova documental e perícia médica oficial;



e) A concessão do benefício de Gratuidade de Justiça, nos moldes dos arts. 98 e 99, do CPC, eis que o Autor, não tem possibilidade de arcar com as custas do presente feito e com seus ônus sucumbenciais, sem prejudicar seu próprio sustento e de sua família, conforme declaração de hipossuficiência em anexo;

f) Ao final a total procedência da presente demanda, para o pagamento da diferença do seguro devido ao Autor.

Dá-se a causa o valor de R\$ 10.968,75 (dez mil novecentos e sessenta e oito reais e setenta e cinco centavos).

Nestes Termos,

Pede Deferimento.

Sapé/PB, 03 de setembro de 2019.

José Alves da Silva Neto

OAB/PB 14.651





## PROCURAÇÃO "AD JUDICIA EXTRA"

**OUTORGANTE:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, , brasileiro, casado, funcionário público, RG: 2.875.499 SSP/PB, inscrito no CPF: 044.202.054-66, residente e domiciliado na Av. Getulio Vargas, 271 Bairro: centro em Sapé - PB.

**OUTORGADO:** JOSÉ ALVES DA SILVA NETO, brasileiro, casado, advogado, devidamente inscrito na OAB 14.651-PB, com endereço profissional descrito no timbre desta outorga, onde recebem as notificações, citações e intimações de estilo.

**PODERES:** Para o fim, defender os interesses do outorgante a quem confere amplos poderes para o foro em geral, com a cláusula "ad judicial extra," para representá-lo em repartições públicas federais, estaduais e municipais Autarquias e quaisquer outras pessoas Jurídicas de direito Público ou privado, para tratar de assunto dos seus interesses, assinando livros, requerimentos, guias e documentos, requerer benefícios previdenciários e suas revisões, transformação, desistência, reafirmação de protocolo, parcelamento administrativo ou fiscal, concordar ou recorrer de decisões administrativas apresentar razões e contra razões e acompanhar os recursos e procedimentos em qualquer instancia, tudo requerendo para defesa dos citados interesses: conferindo-lhes ainda poderes para em qualquer Juízo utilizando os recursos legais e os acompanhado, sendo expressamente autorizado a confessar, prestar depoimento pessoal, desistir, transigir, firmar compromisso e acordo, receber e dar quitação, levantar valores existentes em contas judiciais ou provenientes de guias de precatórios ou depósitos judiciais deduzindo e compensando os seus por despesas de verbas honorárias contratuais e as decorrentes da sucumbência, nas respectivas prestações de contas ou depósitos judiciais, receber intimações, citações administrativas ou judiciais, agindo tudo em conjunto ou separadamente autorizado o substabelecimento total ou parcial a outrem, praticando todos os atos que se fizerem necessários ao fiel desempenho do presente mandado, dando por bom, firme e valioso.

**DECLARAÇÃO:** Desejando obter os benefícios da "Justiça Gratuita," declaram sob as penas da lei, que não possui recursos suficientes para custear a qualquer demanda, sem prejuízo do sustento próprio de sua família, pelo que, nos termos da Lei nº 1.060 de 05 de fevereiro de 1950, faz jus aos benefícios da gratuidade da justiça, declarando ainda se (em) conhecedor (ES) das sanções cíveis, administrativas de penais, advindas de inverdades da presente declaração.

Sapé - PB, 11 de junho de 2019.



OUTORGANTE

R. Orcine Fernandes, S/n (mel Shopping) – SI 118 – Centro, Cep: 58.340-000 - Sapé - PB





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL  
MINISTÉRIO DAS CIDADANIAS  
DEPARTAMENTO NACIONAL DE TRÁFICO  
CARTEIRA NACIONAL DE HABILITAÇÃO

**PB**

NOME  
**JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**

DOC. IDENTIDADE / ORG. EMISSOR NF  
2875499 SSP PB

CPF  
044.202.054-66 DATA NASCIMENTO  
06/01/1984

FILIAÇÃO  
SEVERINO DE SOUZA  
CAVALCANTE  
IRENE DA SILVA  
CAVALCANTE

PERMISSÃO  
ACC CATHAR  
AB

Nº REGISTRO  
03969692803 VALIDADE  
08/09/2022 1ª HABILITAÇÃO  
09/11/2006

OBSERVAÇÕES

*Jonatas Hugo da Silva Cavalcante*  
ASSINATURA DO PORTADOR

LOCAL  
JOÃO PESSOA, PB DATA EMISSÃO  
12/09/2017

ASSINATURA DO EMISSOR  
26097645671  
PB035333235

**PARAÍBA**

VÁLIDA EM TODO O TERRITÓRIO NACIONAL  
1497802947

PROIBIDO PLASTIFICAR  
1497802947





00329272



CTC RECIFE PE PLB  
JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE  
AV GETÚLIO VARGAS 271  
CENTRO  
58340-000 SAPE PB

DATA DE VENCIMENTO: 09/06/19 - DATA DE POSTAGEM: 24/05/19



72162-057306403000007252130240519

Acesse sua conta e outros serviços:

No App Minha Claro

Na internet: minhaclaro.com.br

Pelo celular \*1052#

No Atendimento Claro 1052

Para tatura em braille, ligue 1052

Número do seu Claro	Período de Uso	Vencimento	Total a Pagar
83 99161 9181	de 16/04/2019 a 15/05/2019	09/06/2019	R\$ 31,50
Valor pago na última conta: R\$ 31,50			
<b>Veja aqui o que está sendo cobrado</b>			
Individuais			
Oferta Conjunta Claro MIX		R\$	44,99
Aplicativos Direitos			-
Controle Mix 2.5GB e Minutos Locais Ilimitados (145)			-
Descontos		R\$	-13,49
Total do Mês		R\$	31,50
<b>Total a Pagar</b>		<b>R\$</b>	<b>31,50</b>

Veja no verso os detalhes do seu plano e serviços.

Prezado Cliente,  
Este boleto não quita débitos de meses anteriores.

Para seu consumo, Boleto e Locais Credenciados [Banco] por prazo serão cobrados na próxima conta. Contribuições para o IUST e IUSTO (1% e 0,5% do valor dos serviços) não entram no cálculo do vencimento da conta. IUSTO - o valor automático da reclamação registrada na prestação.

Companhia Médica





**BOLETIM DE OCORRÊNCIA POLICIAL**

**Livro nº 001/2018**

**Ocorrência nº. 836/2018**

Aos (09) Nove dias de Maio (05) de DOIS MIL E DEZOITO, nesta cidade de SAPÉ/PB, na Delegacia de Polícia Civil, sob a responsabilidade do(a) Dr(a). FRANCISCO DE ASSIS ARAÚJO, Delegado(a) de Polícia Civil, comigo, escrivã(o) do seu cargo, aí, por volta 21h:24min, compareceu a PESSOA a seguir qualificada:

JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, conhecido por HUGO, Identidade nº 2875499-SSP/PB, CPF nº 044.202.054-66, nacionalidade brasileiro, estado civil: união estável, profissão: Agente de Trânsito, filho(a) de Severino De Souza Cavalcante E De Irene Da Silva Cavalcante, natural de Santa Rita/PB, nascido(a) em 06/01/1984 (34 anos de idade), do sexo MASC, residente e domiciliado(a) no(a) Av. Getúlio Vargas, Nº 271, Centro, tendo como ponto de referência: , na cidade de SAPÉ/PB, fone(s) para contato: 3283 2218 e 3283 2513.

a quem lhe foi esclarecido a respeito das penas cominadas ao crime de FALSIDADE IDEOLÓGICA (CP, art. 299), tendo declarado que compareceu à esta Delegacia de Polícia Civil para narrar/registrar/informar/noticiar conforme segue:

- 1) NATUREZA DO FATO: ACIDENTE DE MOTO
- 2) DATA DO FATO: 20 DE MARÇO DE 2018;
- 3) HORÁRIO: 12h:10 min;
- 4) LOCAL: SAPÉ/PB.

**5) BREVE RESUMO DO FATO:**

O NOTICIANTE RELATA QUE NO DIA 20 DE MARÇO, DO CORRENTE ANO, NA RUA CAPITÃO FELIX ANTONIO, NESTA CIDADE DE SAPÉ/PB, ESTAVA TRAFEGANDO NA MOTOCICLETA HONDA NXR 160 BROS ESDD, DE COR VERMELHA, ANO E MODELO 2017, DE PLACAS QFV 0205/PB, CHASSI: 9C2KD0810HR436499 EM NOME DA PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPÉ/PB; QUE AO SE APROXIMAR DO GIRADOURO, NAS PROXIMIDADES DO CEMITÉRIO VELHO, NA SAÍDA PARA A CIDADE DE MARI/PB, FOI SURPREENDIDO POR UM VEÍCULO FIAT UNO, DE PLACAS NÃO IDENTIFICADO, QUE FEZ UMA MANOBRA NEGLIGENTE, E PARA O NOTICIANTE NÃO COLIDIR COM O FIAT UNO, FREOU A MOTOCICLETA QUE ESTAVA REPENTENIMANTE, OCASIONANDO A QUEDA DO NOTICIANTE; QUE O NOTICIANTE FOI SOCORRIDO PARA O HOSPITAL SÁ ANDRADE DE SAPÉ/PB, E POSTERIORMENTE TRANSFERIDO PARA HOSPITAL DE TRAUMAS SENADOR HUMBERTO LUCENA, NA CIDADE DE JOÃO PESSOA; QUE EM DECORRÊNCIA DA QUEDA QUE SOFREU QUEBROU SEU COLO DE FEMUR DA PERNA DIREITA, TENDO PASSADO 08 (OITO) DIAS INTERNADO NO REFERIDO HOSPITAL, SENDO SUBMETIDO A CIRURGIA, ONDE FOI COLOCADO PARAFUSOS NO MEMBRO PARA A CICATRIZAÇÃO DO MESMO.

Nada mais a consignar, lido e achado conforme, vai devidamente assinado pelo(a) noticiante, e por mim, escrivã(o) que digitei.

Sapé/PB, 09 de Maio de 2018.

*Jonatas Hugo da Silva Cavalcante*  
JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

Comunicante

*Paulo Renato Cerqueira Neto*

Escrivão/Agente

Mat. 182.021-4



**REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL**  
**MINISTÉRIO DAS CIDADES**

**DETRAN - PB** Nº **014200687140**  
**CERTIFICADO DE REGISTRO E LICENCIAMENTO DE VEÍCULO**

VIA: 1 COD. RENAVAM: 0112007042-0 R.N.T.R.C.: 00/00000000 EXERCÍCIO: 2018

NOME: PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE

CPF / CNPJ: 08917080000156 PLACA: QFV0205/PB

NOVO: NOVO UF: PB CHASSI: 9C2KD0810HR436499

ESPECIE TIPO: PAS/MOTOCICLE/NAO APLIC COMBUSTIVEL: ALCO/GASOL

MARCA / MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD ANO FAB: 2017 ANO MOD: 2017

CAP / POT / OIL: 2 P/162 /CI CATEGORIA: OFICIAL COR PREDOMINANTE: VERMELHA

COTA UNICA: 00/00/0000 VENC. COTA UNICA: 1ª 2ª 3ª

FAIXA I.P.V.A.: 0 PARCELAMENTO / COTAS: 0

PREMIO TARIFARIO (R\$): \*\*\*\*\* SEGURO IOF (R\$): PAGO PREMIO TOTAL (R\$): DATA DE PAGAMENTO: 24/07/2018

OBSERVAÇÕES: SEM RESERVA DE DOMINIO

LOC/L: SAPE-PB DATA: 27/07/2018

16497 13870

SEGURO OBRIGATORIO DE DANOS PESSOAIS CAUSADOS POR VEICULOS AUTOMOTORES DE VIA TERRESTRE, ON POR SUA CARGA, APES TRANSPORTADAS OU NAQ - SEGURO DPVAT

**PB Nº 014200687140 BILHETE DE SEGURO**

**ESTE É O SEU BILHETE DO SEGURO DPVAT PARA MAIS INFORMAÇÕES, LEIA NO VERSO AS CONDIÇÕES GERAIS DE COBERTURA**

[www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br)  
SAC DPVAT 0800 022 1204

EXERCÍCIO: 2018 DATA EMIS: 27/07/2018

VIA: 1 CPF / CNPJ: 08917080000156 PLACA: QFV0205/PB

RENAVAM: 01120070420 MARCA / MODELO: HONDA/NXR160 BROS ESDD

ANO FAB: 2017 CAT. TÍP: 9 Nº CHASSI: 9C2KD0810HR436499

**PRÊMIO TARIFÁRIO**

FMS (R\$): \*\*\*\*\* DENATRAM (R\$): \*\*\*\*\* CUSTO DO SEGURO: \*\*\*\*\*

CUSTO DO BILHETE (R\$): \*\*\*\*\* IOF (R\$): SEGURO PAGO

PAGAMENTO: COTA UNICA PARCELADO DATA DE QUITA: 24/07/2018

**SEGURADORA LÍDER - DPVAT**  
CNPJ 05.215.000/0001-04

13870-0946131-20180727



Autentico a presente copia, reproducao fiel do original apresentado, em testemunho da verdade.  
Sape-PB 09/09/2019 16:33:37  
Vandilce Cavalcante de Freitas Santos - Escrevente  
(2018-0000001) CNIL em 2.07 FAFICONS 0.28 FEFJMS 0.47  
SELU DIGITAL: ANCEV138-756  
Contate a autenticação em <https://seludigital.tpb.pb.gov.br>





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1070408 e PRONTUÁRIO nº 107758

PACIENTE: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

DATA DE NASCIMENTO: 06.01.84

Data e Hora do Atendimento: 20.03.18

Horário: 14:31h

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta procedente de SAPÉ apresentando quadro de dor no quadril direito com limitação de movimentos. Atendido pelo Dr. Carlos Frederico Torres CRM 9301, Dr. Flavio P. Ribeiro CRM 6453, Dr. Francinello Freitas CRM 9603

**DIAGNÓSTICO INICIAL:** FRATURA DO COLO DO FEMUR DIREITO CID 10 S 72 0

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):**  
Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, avaliação da cirurgia geral, Rx da bacia AP e Perfil, Rx da coxa direita AP e Perfil e tratamento cirúrgico em 28.03.18 com redução e fixação de fratura do colo do fêmur direito.

**ALTA HOSPITALAR:** 28.03.18 às 16:57h

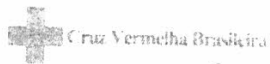
Data da Emissão: 26.06.18

DML GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CVBIHEETSHL  
CRM - 3920

Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se a comprovação de atendimento hospitalar  
Para: DML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO





Hospital Estadual de Emergência e  
Senador Humberto Lucena

ALERGIA

ALERGIA

AV. ORESTES LISBOA, sn - PEDRO GONDIM - CNES: 123312

Boletim de Atendimento: 1070408

*35/03/2018 DIFERENÇA  
DIFERENÇA  
DIFERENÇA*

### Identificação do paciente

ID 1272253	Nome JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	Sexo Masculino
Data de nascimento 06/01/1984	Idade 34 anos 2 meses 14 dias	Estado civil Prontuário
Mãe IRENE DA SILVA CAVALCANTE	Pai SEVERINO DE SOUZA CAVALCANTE	
Escolaridade	Responsável (Parentesco) HERBERT JUNIOR - IRMÃO(A)	
DDD Móvel 83	Fone Móvel 991436011	DDD Fixo Fone Fixo
Tipo documento RG (IDENTIDADE)	Número documento 2875499	CPF 708705183765093
Local de procedência SAPE		Tipo MUNICÍPIO
Email	Naturalidade SANTA RITA	UF PB
		CBO

### Endereço

CEP 58340000	Município de residência SAPE	UF PB	Logradouro PRESIDENTE GERTULIO VARGAS
Número 271	Complemento		Bairro CENTRO

### Admissão

Data e Hora 20/03/2018 14:31:53	Número da pulseira 10006294938	Convênio SUS
------------------------------------	-----------------------------------	-----------------

Especialidade CIRURGIA GERAL	Clinica
---------------------------------	---------

Classificação de risco	Origem do paciente OUTRA UNIDADE DE SAUDE
------------------------	--

Caráter de atendimento	Motivo do atendimento ACIDENTE DE MOTOCICLETA	Detalhe do acidente ACIDENTE DE TRABALHO
------------------------	--	---

### Indicadores e Transporte

Caso policial Não	Plano de saúde Não	Veio de ambulância Não	Trauma Não
----------------------	-----------------------	---------------------------	---------------

Meio de transporte AMBULANCIA	Quem transportou
----------------------------------	------------------

### Sinais Vitais

PA X mmHg	Fulso	Temperatura
--------------	-------	-------------

### Exames complementares

Raio X []	Sangue []	Urina []	TC []	Liquor []	ECG []	Ultrasonografia []
-----------	-----------	----------	-------	-----------	--------	--------------------

Dados clínicos

*Wmuke quitou o quarto de pronto atendimento e orientado a buscar o Dr. no Brasil*

Diagnóstico	CID
-------------	-----

Atendido por ANNE WALESKA PEREIRA LIMA	Tempo 04seg
---	----------------

Imprimir





Cruz Vermelha Brasileira

Hospital Estadual de Emergência e Trauma  
Senador Humberto LucenaGOVERNO  
DA PARAÍBA

## CONSULTÓRIOS E ASSISTÊNCIA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/n, PEDRO GONDIM, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

Fax: 445365

Paciente <b>JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE</b>	BAE <b>1070408</b>	Data/Hora Entrada <b>20/03/2018 14:31:53</b>	Data Baixa
Data de nascimento <b>06/01/1984</b>	Idade <b>34</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS <b>708705183765093</b>
Mãe <b>IRENE DA SILVA CAVALCANTE</b>			Telefone do Contato <b>(83) 991436011</b>
Endereço <b>PRESIDENTE GERTULIO VARGAS, 271</b>	Bairro <b>CENTRO</b>	Município <b>SAPE</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>ACIDENTE DE TRABALHO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>CARLOS FREDERICO TORRES SOARES BOULITREAU</b>	Nº Cód. Regional <b>9301/PB</b>
Data/Hora Classificação <b>20/03/2018 14:31:53</b>	Data/Hora Prescrição <b>20/03/2018 16:17:07</b>		
Envio <b>JS</b>	Nº Matrícula	Senha	

## Anamnese

LP: DOR EM QUADRIL DIR APOS TRAUMA NO MESMO

DS: TRAUMA INDIRETO EM QUADRIL

DO: DOR + LIMITAÇÃO FUNCIONAL

RX: FRATURA DE COLO DO FEMUR DIR

GIR: RE-OP + INTERNAMENTO

## DIETA

DIETA LIVRE, VIA ORAL

## MEDICAÇÃO

AGUA DESTILADA 10ML (AMPOLA), ADMINISTRAR 10,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

ONDANSETRONA 8MG/4ML (AMPOLA 4ML), ADMINISTRAR 8,0 MG VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE NAUSEAS (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 24,0)

CAPTOPRIL 25 MG COMPRIMIDO, ADMINISTRAR 1,0 COMPRIMIDO VIA ORAL, AGORA, (OBSERVAÇÕES: SE PAS &gt; 160 OU PAD &gt; 110 : AVISAR PLANTONISTA DE PAS &gt; 200)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 500ML), ADMINISTRAR 2000,0 ML VIA E.V., 24H, 0,0 (MGTSM)

OMEPRAZOL 20MG CÁPSULA, ADMINISTRAR 2,0 CÁPSULA VIA ORAL, 1X AO DIA, (OBSERVAÇÕES: EM JEJUM, PELA MANHÃ)

SOLUÇÃO FISIOLÓGICA 0,9% (FRASCO 100ML), ADMINISTRAR 100,0 ML VIA E.V., 8/8H, 0,0 (MGTSM)

Diluir

TRAMADOL 50MG /ML INJETAVEL (AMPOLA 2ML), ADMINISTRAR 2,0 ML VIA E.V., 8/8H, SE NECESSÁRIO SE DOR INTENSA (DOSE MÁXIMA DIÁRIA: 6,0)

PARACETAMOL 750MG (COMPRIMIDO), ADMINISTRAR 750,0 MG VIA ORAL, 12/12H

## CUIDADOS

FISIOTERAPIA RESPIRATÓRIO E MOTORA

SSV + CCGG

## EXAME LABORATORIAL

HEMOGRAMA

COAGULOGRAMA COMPLETO

EMIA - GLICOSE EXAME



UREIA - SANGUE

CREATININA

CID10

Código	Descrição
S72.0	Fratura do colo do fêmur

Conduta

Internar Paciente

JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CARLOS FREDERICO TORRES SOARES BOULITREAU  
(CRM 030125)







GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA



HOSPITAL ESTADUAL DE TRAUMATOLOGIA  
Sistema de Registro de Atendimento



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA

AREA AMARELA

Endereço: AV. ORESTES LISBOA, S/N, JOAO PESSOA - PB, 58031090

Tel: 32165700

CNES: 454554

Paciente <b>JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE</b>		BAE <b>1070408</b>	Data/Hora Entrada <b>20/03/2018 14:31:53</b>	Data Baixa
Data de nascimento <b>06/01/1984</b>	Idade <b>34</b>	Sexo <b>Masculino</b>	CNS <b>708705183765093</b>	Telefone de Contato <b>(83) 391436011</b>
Mãe <b>IRENE DA SILVA CAVALCANTE</b>		Prontuário		
Endereço <b>PRESIDENTE GERTULIO VARGAS, 271</b>		Bairro <b>CENTRO</b>	Município <b>SAPE</b>	UF <b>PB</b>
Acidente <b>ACIDENTE DE TRABALHO</b>	Motivo <b>ACIDENTE DE MOTOCICLETA</b>	Profissional <b>FLAVIO PESSOA RIBEIRO</b>	Nº Cons. Regional <b>6453/PB</b>	
Data/Hora Classificação <b>20/03/2018 14:31:53</b>		Data/Hora Prescrição <b>20/03/2018 14:39:21</b>		
Convênio <b>SUS</b>	Nº Matricula	Senha		

### anamnese

CT, VITIMA DE QUEDA DE MOTO, REFERE DOR EM QUADRIL E COXA DIR, SEM OUTRAS QUEIXAS  
AO EXAME: ABD INOCENTE  
CD: RX: ORTOPEDIA; ALTA DA CIR GERAL

### EXAME DE IMAGEM

RADIOGRAFIA DE BACIA

RADIOGRAFIA DE COXA DIREITA

### CID10

Código	Descrição
T14.9	Traumatismo não especificado

### Conduta

Em observação

JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

FLAVIO PESSOA RIBEIRO  
(6453/PB)





China Power

Produção 260313  
Data 26/03/13  
Retrosição

07550-19

DISPENSAÇÃO ALI

THE UNIVERSITY OF CHICAGO

2240-0291(199401)12:1;1-0

JAMES A. O'NEAL  
 1000 E. 10TH ST.  
 DENVER, CO. 80202  
 COREA P.B.



SUS

ANEXO PARA SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO DE INTERNAÇÃO HOSPITALAR

## Identificação do Estabelecimento de Saúde

1 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

2 - NOME DO ESTABELECIMENTO DE SAÚDE

## Identificação do Paciente

3 - NOME DO PACIENTE

4 - NOME DO PACIENTE

5 - NOME DO PACIENTE

6 - NOME DO PACIENTE

7 - NOME DO PACIENTE

8 - NOME DO PACIENTE

9 - NOME DO PACIENTE

## MUDANÇA DE PROCEDIMENTO

10 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - ANTERIOR

11 - COD. DO PROCEDIMENTO - ANTERIOR

12 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO SOLICITADO - MUDANÇA

13 - COD. DO PROCEDIMENTO - MUDANÇA

14 - DIAGNÓSTICO INICIAL

15 - DATA DE INÍCIO

16 - DATA DE FIM

17 - DATA DE FIM

## SOLICITAÇÃO DE PROCEDIMENTO ESPECIAL

18 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

19 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

20 - SOLICITAÇÃO DE DIÁRIA DE UTÍLIZADO DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐

DIÁRIA DE ACOMPANHANTE

☐

DIÁRIA DE UTÍLIZADO

☐

DIÁRIA DE UTÍLIZADO

☐

DIÁRIA DE UTÍLIZADO

21 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

22 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

23 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

24 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

25 - DESCRIÇÃO DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

26 - COD. DO PROCEDIMENTO ESPECIAL

## 38 - JUSTIFICATIVA DA SOLICITAÇÃO

Kemirto - Gx. Biot. CARILADO 6,5  
MATE. CARILADO 1,5  
MATE. CARILADO 1,5  
MATE. CARILADO 1,5  
MATE. CARILADO 1,5  
MATE. CARILADO 1,5

AGRESINTESE - FIO DE KIRSCHWATER 2,0 (MATE. CARILADO) 2,5

## PROFISSIONAL SOLICITANTE

27 - NOME DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

28 - DATA DE ASSINATURA

29 - DOCUMENTO

30 - N.º DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

31 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

32 - DATA

33 - N.º DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

34 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL SOLICITANTE

## AUTORIZAÇÃO

35 - NOME DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

36 - DATA DE ASSINATURA

37 - DOCUMENTO

38 - N.º DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

39 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

40 - DATA

41 - N.º DO DOCUMENTO (CNS/CPF) DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR

42 - ASSINATURA E CARIMBO DO PROFISSIONAL AUTORIZADOR





## RELATÓRIO DE CIRURGIA



Nome: João Alves da Silva Neto BF/Prontuário: 10000000000000000000  
Idade: 41 Sexo: ( ) Masculino ( ) Feminino Cor: Preto Data: 09/09/2019  
Clínica/Setor: Clínica de Cirurgia I.M.P.: 1.0 I.R.: 1.0  
Cirurgia: Ressecção de tumor no abdômen  
Cirurgião: Dr. João Alves da Silva Neto 1º Assistente: Dr. João Alves da Silva Neto  
2º Assistente: Dr. João Alves da Silva Neto 3º Assistente: Dr. João Alves da Silva Neto  
Instrumentador: Dr. João Alves da Silva Neto Anestesista: Dr. João Alves da Silva Neto  
Tipo de Anestesia: Monóflor: Início 10h00 Término 12h00

Diagnóstico Pós-Operatório	CID
<u>Ressecção de tumor no abdômen</u>	

Procedimentos Cirúrgicos	Código
<u>Ressecção de tumor no abdômen</u>	
<u>Ressecção de tumor no abdômen</u>	

Acidente durante Ato Cirúrgico: ( ) Sim ( ) Não. Descrição: \_\_\_\_\_

Biopsia de Congelação: ( ) Sim ( ) Não

Encaminhamento do Paciente Após Ato Cirúrgico:

( ) Enfermaria ( ) Terapia Intensa ( ) Residência ( ) Óbito durante Ato Cirúrgico

Médico/CRM: \_\_\_\_\_

João Pessoa \_\_\_\_\_





## RELATÓRIO DE CIRURGIA



### DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Posição e Preparo:

Doente em posição decúbito dorsal, com o membro superior direito em abdução e o membro superior esquerdo em flexão.

Incisão:

Incisão em Y, com 10 cm de comprimento, iniciando na axila e seguindo para o antebraço.

Achados:

Lesão completa do tendão do músculo braquial anterior.

Conduta:

Realização de reparo primário do tendão do músculo braquial anterior com sutura em Y.

Fechamento:

Sutura da pele com fio 3/0 e aplicação de curativo.

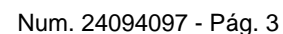
Observação:

Doente encaminhado para o tratamento fisioterapêutico.

Médico CRM:



Maria Luiza L. Lima  
Técnico Informagem  
BOEN-PB. 911 375



# FICHA DE ANESTESIA

DATA: 23.05.18

PRONTUARIO: 107.403

PACIENTE: Antônio Ruy de S. Chaves

SEXO: M COR: B IDADE: 34

PRESSÃO ARTERIAL: 100/60 PULSO: 60 RESPIRAÇÃO: 12 TEMPERATURA: 36,5

ESTADO GERAL: BOM REGULAR: OK PASSIVO: OK ESCALA DE RUGOS: 100% RIGIDIDADE: OK

EXAMES COMPLEMENTARES: OK

AP. RESPIRATORIO: Supino AP. DIGESTIVO: Supino ESTADO GERAL: BOM ESTADO PSÍQUICO: OK

PRI-ANESTESICO: Figura

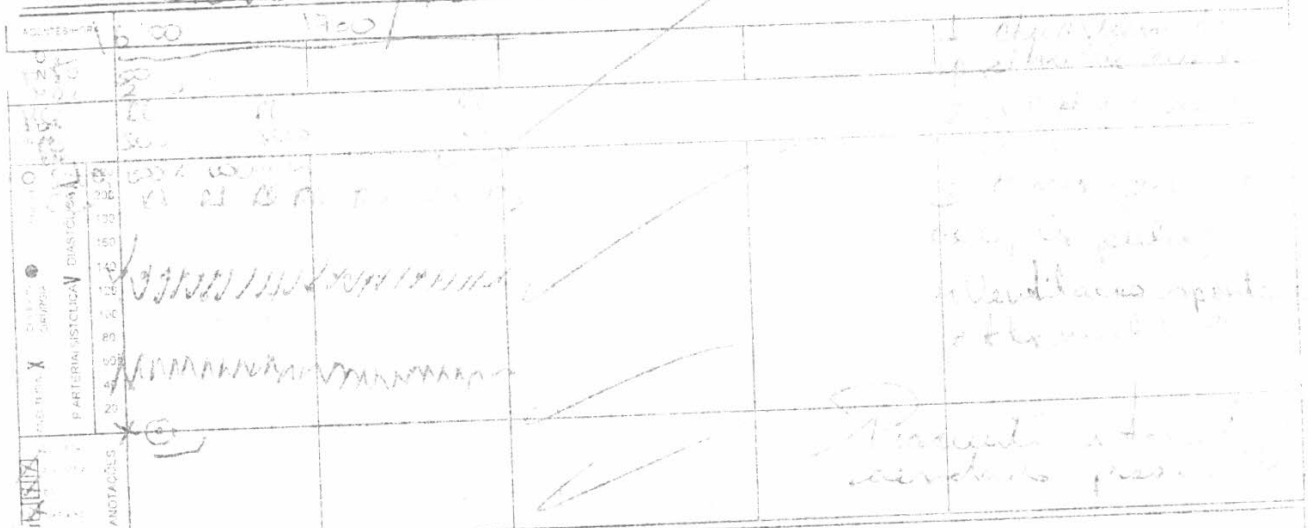
DIAGNOSTICO PRÉ-OPERATORIO: Tratamento de fratura de fêmur

CIRURGIA REALIZADA: Artroscopia de joelho

CIRURGIÃO: Dr. Gustavo ANESTESISTA: Dr. Kalline

INICIO DA ANESTESIA: 16:20 TERMINO DA ANESTESIA: 18:00 DURAÇÃO DA ANESTESIA: 1h 40m

CODIGO DO PROCEDIMENTO: 01.01.01.00 QUANTIDADE: 1 VALORES ESPECIAIS: OK



ANESTESIA GERAL: ☒ ANESTESIA REGIONAL: ☒ EPIDURAL: ☐ BLOC PLEXO: ☐ BLOC NERVOS: ☐ OUTROS: ☐

ESP. 1: Polímero de Sulfato de Sódio

MEDICAMENTOS E MATERIAIS USADOS NO ATO ANESTESICO

ITEM	QUANTIDADE	UNIDADE
1. Propofol 1%	10	ml
2. Fentanyl 0,05%	10	ml
3. Cloridrato de Propofol 1%	10	ml
4. Bupivacaína 0,5%	10	ml
5. Bupivacaína 0,25%	10	ml
6. Bupivacaína 0,1%	10	ml
7. Bupivacaína 0,05%	10	ml
8. Bupivacaína 0,025%	10	ml
9. Bupivacaína 0,0125%	10	ml
10. Bupivacaína 0,00625%	10	ml

OUTROS: VERA

RELAÇÃO DE MATERIAIS: Artroscopia de joelho com guilho 26 G. Guila de propofol 1% 10 ml, fentanyl 0,05% 10 ml, cloridrato de propofol 1% 10 ml, bupivacaína 0,5% 10 ml, bupivacaína 0,25% 10 ml, bupivacaína 0,1% 10 ml, bupivacaína 0,05% 10 ml, bupivacaína 0,025% 10 ml, bupivacaína 0,0125% 10 ml, bupivacaína 0,00625% 10 ml.



1101

### Dados importantes da Anamnese e/ou EF

1) Cirujas / Anestesia Previa Continúa:

Thompson

Wiederholung des 1. und 2. Verses

Winn-Lemmon Garden

10. 14. 2020

Amor Kohn

1890

Exame físico

Paço	Altura	Pa	P	Proteção dentária
Corado desc	Função/diagn	Paup	Clamato	Função/diagn
50/14				
Quantidade/proteção (inf/sup) (móvel/fixa)				
Dentes				
Abertura da boca Normal/1				
Proteção normal/funcio				
Flexão/extensão do pescoço				
Normal/limitada				
1. Mal orelha 1, 2, 3 a distância externa/mento: 12,5 cm a 15,0				

H <sub>2</sub>		16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100															
Na		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
Pb		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
C		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
TX		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	19	20	21	22	23	24	25	26	27	28	29	30	31	32	33	34	35	36	37	38	39	40	41	42	43	44	45	46	47	48	49	50	51	52	53	54	55	56	57	58	59	60	61	62	63	64	65	66	67	68	69	70	71	72	73	74	75	76	77	78	79	80	81	82	83	84	85	86	87	88	89	90	91	92	93	94	95	96	97	98	99	100
PCG		1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18																																																																																		

### Avaliação Clínica

MEDICO:

CRM

Se o paciente tiver Retorno(s) preencher "CONDUTA FINAL" e "PROBLEMAS GRAVES", APENAS após a liberação do Ambulatório

PROBLEMAS GRAVES		5/15/2016
------------------	--	-----------





Em caso de dúvidas, acesse o nosso site [www.seguradoralider.com.br](http://www.seguradoralider.com.br). Para consultar o andamento do seu processo ligue para a Central de Atendimento, de segunda a sexta-feira, das 8h às 20h, nos telefones 4020-1596 (Regiões Metropolitanas) ou 0800 022 12 04 (Outras Regiões). Para reclamações e sugestões, entre em contato com o SAC, 24 horas por dia, no telefone 0800 022 81 89. Para pessoas com deficiência auditiva, ligue para 0800 022 12 06. Tenha em mãos o número do seu pedido do Seguro DPVAT e o CPF da vítima.

Rio de Janeiro, 27 de Março de 2019

Nº do Pedido do

Seguro DPVAT: 3190177185

Vítima: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

Data do Acidente: 20/03/2018

Cobertura: INVALIDEZ

Assunto: PAGAMENTO DE INDENIZAÇÃO

Senhor(a), JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

Informamos que o pagamento da indenização o Seguro DPVAT foi efetuado de acordo com as informações abaixo:

Multa:	R\$ 0,00
Juros:	R\$ 0,00
Total creditado:	R\$ 2.531,25

Dano Pessoal: Perda completa da mobilidade de um quadril 25%

Graduação: Em grau intenso 75%

% Invalidez Permanente DPVAT: (75% de 25%) 18,75%

Valor a indenizar: 18,75% x 13.500,00 = R\$ 2.531,25

Recebedor: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

Valor: R\$ 2.531,25

Banco: 001

Agência: 000000625-4

Conta: 000010012858-0

Tipo: CONTA POUPANÇA

NOTA: O percentual final indicado equivale à perda funcional ou anatômica avaliada, e é aplicado sobre o limite da indenização por Invalidez Permanente que é de R\$ 13.500,00.

Uma das coberturas do Seguro DPVAT é o reembolso de despesas médicas e suplementares - DAMS. Caso existam despesas devidamente comprovadas, decorrentes do mesmo acidente e ainda não solicitadas, retorne ao mesmo ponto de atendimento onde foram apresentados os documentos do pedido do seguro DPVAT da cobertura Invalidez Permanente ou acesse o nosso site para maiores informações.

Quer retornar ao mercado de trabalho? Faça parte do Recomeço, programa da Seguradora Líder para beneficiários do Seguro DPVAT. Cadastre seu currículo e confira vagas de emprego em: [www.seguradoralider.com.br/recomeco](http://www.seguradoralider.com.br/recomeco).

Atenciosamente,

Seguradora Líder-DPVAT

Estamos aqui para Você





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

Na forma do art. 98, parágrafo 1º, do NCPC, a gratuidade de justiça compreende:

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;



VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Ademais, nos moldes do art. 98, parágrafos 5º e 6º, do CPC, a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento, sendo certo que conforme o caso, o juiz poderá conceder **direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento**.

Por sua vez, é verdade que o artigo 99, §3º, do NCPC, dispõe que “*presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural*”.

Todavia, nos termos do parágrafo 2º, do mesmo dispositivo legal, o juiz poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Por outro lado, a despeito de narrar na petição que teria direito ao recebimento do limite máximo indenizatório, não indicou, na causa de pedir, qual foi a repercussão dos danos corporais, considerando-se a tabela anexa à Lei 6.194/74.



Não é demais destacar que o Judiciário não pode ser demandado com base em "achismos", sendo necessário que a parte indique que efetivamente existe o interesse de agir-necessidade.

Portanto, em ações onde se buscam complementações de indenizações do seguro DPVAT tenho entendido que a parte deve indicar se a invalidez decorrente do acidente **é permanente (total ou parcial) e, sendo parcial, se é completa ou incompleta, devendo-se fazer, ainda, o enquadramento nos graus indicados na mencionada tabela. Ademais, a exordial deve ser instruída com laudo médico (público ou particular) que corrobore a indicada invalidez no grau alegado.**

**DIANTE DO EXPOSTO, INTIME-SE** a parte autora para que, no prazo de quinze dias, emende a petição inicial, sob pena de indeferimento, para: 1. Indicar se as lesões sofridas resultaram em invalidez permanente e, em caso positivo, se ela é total ou parcial e, sendo parcial, se é completa ou incompleta, devendo, ainda, fazer o devido enquadramento na tabela anexa à Lei 6.194/74 relativamente ao grau das lesões; 2. Acostar aos autos elementos de prova, preferencialmente laudo médico (público ou particular), que confirmem eventuais lesões indicadas conforme o item "1".

Do mesmo modo e no mesmo prazo, INTIME(M)-SE o(s) autor(es), através do seu advogado, para que acoste(m) aos autos as suas três últimas declarações do IR, os seus três últimos contracheques, bem como a guia das custas processuais, a fim de que esse juízo possa avaliar a concessão ou não da gratuidade processual.

Sapê, Data e Assinatura Eletrônica.

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**

Juiz de Direito





**ESTADO DA PARAÍBA**

**PODER JUDICIÁRIO**

**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO**

**VISTOS, ETC.**

Na forma do art. 98, parágrafo 1º, do NCPC, a gratuidade de justiça compreende:

- I - as taxas ou as custas judiciais;
- II - os selos postais;
- III - as despesas com publicação na imprensa oficial, dispensando-se a publicação em outros meios;
- IV - a indenização devida à testemunha que, quando empregada, receberá do empregador salário integral, como se em serviço estivesse;
- V - as despesas com a realização de exame de código genético - DNA e de outros exames considerados essenciais;



VI - os honorários do advogado e do perito e a remuneração do intérprete ou do tradutor nomeado para apresentação de versão em português de documento redigido em língua estrangeira;

VII - o custo com a elaboração de memória de cálculo, quando exigida para instauração da execução;

VIII - os depósitos previstos em lei para interposição de recurso, para propositura de ação e para a prática de outros atos processuais inerentes ao exercício da ampla defesa e do contraditório;

IX - os emolumentos devidos a notários ou registradores em decorrência da prática de registro, averbação ou qualquer outro ato notarial necessário à efetivação de decisão judicial ou à continuidade de processo judicial no qual o benefício tenha sido concedido.

Ademais, nos moldes do art. 98, parágrafos 5º e 6º, do CPC, a gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento, sendo certo que conforme o caso, o juiz poderá conceder **direito ao parcelamento de despesas processuais que o beneficiário tiver de adiantar no curso do procedimento**.

Por sua vez, é verdade que o artigo 99, §3º, do NCPC, dispõe que “*presume-se verdadeira a alegação de insuficiência deduzida exclusivamente por pessoa natural*”.

Todavia, nos termos do parágrafo 2º, do mesmo dispositivo legal, o juiz poderá indeferir o pedido se houver nos autos elementos que evidenciem a falta dos pressupostos legais para a concessão de gratuidade, devendo, antes de indeferir o pedido, determinar à parte a comprovação do preenchimento dos referidos pressupostos.

Por outro lado, a despeito de narrar na petição que teria direito ao recebimento do limite máximo indenizatório, não indicou, na causa de pedir, qual foi a repercussão dos danos corporais, considerando-se a tabela anexa à Lei 6.194/74.



Não é demais destacar que o Judiciário não pode ser demandado com base em "achismos", sendo necessário que a parte indique que efetivamente existe o interesse de agir-necessidade.

Portanto, em ações onde se buscam complementações de indenizações do seguro DPVAT tenho entendido que a parte deve indicar se a invalidez decorrente do acidente **é permanente (total ou parcial) e, sendo parcial, se é completa ou incompleta, devendo-se fazer, ainda, o enquadramento nos graus indicados na mencionada tabela. Ademais, a exordial deve ser instruída com laudo médico (público ou particular) que corrobore a indicada invalidez no grau alegado.**

**DIANTE DO EXPOSTO, INTIME-SE** a parte autora para que, no prazo de quinze dias, emende a petição inicial, sob pena de indeferimento, para: 1. Indicar se as lesões sofridas resultaram em invalidez permanente e, em caso positivo, se ela é total ou parcial e, sendo parcial, se é completa ou incompleta, devendo, ainda, fazer o devido enquadramento na tabela anexa à Lei 6.194/74 relativamente ao grau das lesões; 2. Acostar aos autos elementos de prova, preferencialmente laudo médico (público ou particular), que confirmem eventuais lesões indicadas conforme o item "1".

Do mesmo modo e no mesmo prazo, INTIME(M)-SE o(s) autor(es), através do seu advogado, para que acoste(m) aos autos as suas três últimas declarações do IR, os seus três últimos contracheques, bem como a guia das custas processuais, a fim de que esse juízo possa avaliar a concessão ou não da gratuidade processual.

Sapê, Data e Assinatura Eletrônica.

**RENAN DO VALLE MELO MARQUES**

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DA 1ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ-PB.

-

**Processo: 0802335-18.2019.815.0351**

-

**JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, já devidamente qualificado nos autos do processo em epígrafe, intermediado por seu mandatário ao final firmado, comparece, com o devido respeito à presença de Vossa Excelência, para, com fulcro no **art. 321 do Novo Código de Processo Civil**,

**EMENDAR A INICIAL,**

onde, para tanto, oferta as considerações abaixo evidenciadas.

O Autor, por meio do despacho próximo passado, fora instado a emendar a inicial, nos termos do **art. 321 do CPC/2015**, onde fora determinado a **emenda da peça vestibular, de sorte a:**

**(i) Indicar se as lesões sofridas resultaram em invalidez permanente e, em caso positivo, se ela é total ou parcial e, sedo parcial, se é completa ou incompleta, devendo, ainda, fazer o devido enquadramento na tabela anexa à Lei 6.194/74 relativamente ao grau das lesões;**

*Excelência, conforme o laudo médico em anexo, constata-se que a invalidez é do tipo permanente parcial, atingindo o quadril, no percentual de mais de 30%( trinta por cento).*

**(ii) Acostar aos autos elementos de prova, preferencialmente laudo médico (público ou particular), que confirmem eventuais lesões indicadas conforme o item "1".**

Segue em anexo o laudo solicitado.

**(iii) Para que acostem aos autos as suas três últimas declarações do IR, os seus três últimos contracheques, bem como a guia das custas processuais, a fim de que esse juízo possa avaliar a concessão ou não da gratuidade processual.**

Neste ponto, faz juntada das três últimas declarações de IR, dos três últimos contracheques, bem como da guia das custas processuais.

### **REQUERIMENTOS**

Diante disso, havido o Autor sanado a deficiência delimitada, esse vem pleitear, a citação da Ré, nos moldes do quanto solicitado com peça inaugural.

Nestes Termos,





Pede Deferimento.

Sapé (PB), 11 de outubro do ano de 2019.

José Alves da Silva Neto

OAB/PB 14.651






## Receituário Médico

LAVO MEDIL



Atesto para os devidos  
FINS que o paciente, JANTAS  
HUGO DA SILVA, com carte  
sujeito a tratamento cirur-  
gico de fratura do colo do  
fêmur direito (civ. 5720)  
há um ano e seis meses,  
que está com dor residual  
e limitação dos movimen-  
tos do quadril de mais  
de trinta por cento

  
03/10/09

Data:   /  /  

Médico - CRM

F(NG).CC.002-1





GOVERNO DO ESTADO DA PARAIBA  
SECRETARIA ESTADUAL DE SAÚDE  
HOSPITAL DE EMERGÊNCIA E TRAUMA SENADOR HUMBERTO LUCENA  
DIVISÃO MÉDICA

## LAUDO MÉDICO

OBS: DADOS EXTRAÍDOS DO BE nº 1070408 e PRONTUÁRIO nº 107758

PACIENTE: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

DATA DE NASCIMENTO: 06.01.84

Data e Hora do Atendimento: 20.03.18

Horário: 14:31h

**MOTIVO(S) DO ATENDIMENTO:** Paciente deu entrada neste hospital vítima de acidente de motocicleta procedente de SAPÉ apresentando quadro de dor no quadril direito com limitação de movimentos. Atendido pelo Dr. Carlos Frederico Torres CRM 9301, Dr. Flavio P. Ribeiro CRM 6453, Dr. Francinelio Freitas CRM 9603

**DIAGNÓSTICO INICIAL:** FRATURA DO COLO DO FEMUR DIREITO CID 10 S 72.0

**RESUMO DOS PRINCIPAIS EXAMES E PROCEDIMENTO(S) REALIZADO(S):**  
Primeiro atendimento, avaliação da traumatologia, avaliação da cirurgia geral, Rx da bacia AP e Perfil, Rx da coxa direita AP e Perfil e tratamento cirúrgico em 28.03.18 com redução e fixação de fratura do colo do fêmur direito.

**ALTA HOSPITALAR:** 28.03.18 às 16:57h



DR. GLENDER TERCIO TRINDADE  
AUDITOR CVB/HETSHL  
CRM - 3920


Data da Emissão: 26.06.18



Dr. Glender Tércio G. G. da Trindade  
Médico Auditor - HETSHL  
Mat. 29.031-9/ CRM- 3920

**ATENÇÃO:** Este documento destina-se à comprovação de atendimento hospitalar  
Para: OML, INSS, EMPRESAS, ESCOLAS, MINISTÉRIO DO  
TRABALHO, CONTINUIDADE DE TRATAMENTO



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			<b>Número do boleto:</b> 035.3.19.00988/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 11/10/2019
<b>Número da guia:</b> 035.2019.600988 <b>Tipo da Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 <b>Promovente:</b> JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE - Taxa Judiciária: R\$ 164,53 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.190,48
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000113 904809283180 520191031035 531900988019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.190,48

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			<b>Número do boleto:</b> 035.3.19.00988/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 11/10/2019
<b>Número da guia:</b> 035.2019.600988 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2019
<b>Promovente:</b> JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Detalhamento:</b> - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 - Cartas: R\$ 12,00			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.190,48
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
			<b>Valor final:</b> R\$ 1.190,48

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do banco)			<b>Número do boleto:</b> 035.3.19.00988/01
<b>Nº do Processo:</b>	<b>Comarca:</b> Sape	<b>Classe Processual:</b> PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7	<b>Data de emissão:</b> 11/10/2019
<b>Número da guia:</b> 035.2019.600988 <b>Tipo de Guia:</b> Custas Prévias			<b>Data de vencimento:</b> 31/10/2019
<b>Detalhamento:</b> - Custas Processuais: R\$ 1.012,60 <b>Promovente:</b> JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE - Taxa Judiciária: R\$ 164,53 - Despesas processuais postais: R\$ 12,00 <b>Promovido:</b> SEGURADORA LÍDER - Taxa bancária: R\$ 1,35			<b>UFR vigente:</b> R\$ 50,63
<b>Observações:</b> - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários. - O número da guia deverá ser informado na distribuição do processo.			<b>Conta FEJPA:</b> 1618-7/228.039-6
			<b>Parcela:</b> 1/1
			<b>Valor total:</b> R\$ 1.190,48
			<b>Desconto total:</b> R\$ 0,00
866800000113 904809283180 520191031035 531900988019 			<b>Valor final:</b> R\$ 1.190,48





Poder Judiciário do Estado da Paraíba  
Tribunal de Justiça  
Sistema de Custas Online

**Guia de Custas Prévias**

**Nº Guia:** 035.2019.600988

**Data Vencimento:** 31/10/2019

**Data Emissão:** 11/10/2019

**Comarca:** Sape

**Classe:** PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7

**Promovente:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

**Promovido:** SEGURADORA LÍDER

**Valor da Causa:** R\$ 10.968,75

**Despesas Processuais:** R\$ 12,00

**Custas:** R\$ 1.012,60

**Taxa:** R\$ 164,53

**Total da Guia:** R\$ 1.189,13

Certifico que os dados referentes a comarca, classe, partes, valor da causa e diligências constantes na guia de custas online conferem com os dados constantes na petição inicial, conforme as leis 5.672/92 e 6.688/98.

---

Servidor

**APRESENTAÇÃO OBRIGATÓRIA QUANDO DO PROTOCOLAMENTO DA AÇÃO.**



RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS  
DECLARAÇÃO ORIGINAL

## IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 044.202.054-66	Nome do declarante JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	Telefone	
Endereço AVENIDA GETULIO VARGAS	Número 271	Complemento CASA	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 58340-000	Município SAPE	UF PB

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	18.870,18
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 29/04/2019 às 16:01:00  
1269349211

1269349211



Sr(a) JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 044.202.054-66.  
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 29/04/2019, às 16:01:00, é:

15.51.42.67.64 - 40

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria Especial da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF):
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados.
  - Situação Fiscal:
    - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2020, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

#### Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a impressão do Darf para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Darf será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/05/2019 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para impressão do Darf o contribuinte deve utilizar a opção **Declaração / Imprimir / Darf do IRPF** e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança de imposto a pagar, para impressão do DARF acesse o Portal e-CAC na página do site da RFB na internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em "**Declarações e Demonstrativos**", selecione o serviço "**Meu Imposto de Renda (Extrato da DIRPF)**". Na lista dos Serviços encontrados clique em "**Pagamento - Consultar Débitos, Emitir DARF e Alterar Quotas**". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "**Impressão**" para emitir o DARF do mês desejado.

Acompanhe o processamento da sua declaração no e-CAC ou no seu dispositivo móvel.

1269349211



**NOME:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**CPF:** 044.202.054-66**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2019****ANO-CALENDÁRIO 2018****IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE CPF: 044.202.054-66  
Data de Nascimento: 06/01/1984 Título Eleitoral: 029143941228  
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Não  
Houve mudança de endereço? Não  
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não

Endereço: AVENIDA GETULIO VARGAS Número: 271  
Complemento: CASA Bairro/Distrito: CENTRO  
Município: SAPÉ UF: PB  
CEP: 58340-000 DDD/Telefone: DDD/Celular: (83) 9161-9181  
E-mail:

Natureza da Ocupação: 42 SERVIDOR PÚBLICO DE AUTARQUIA OU FUNDAÇÃO MUNICIPAL  
Ocupação Principal: 519 OUTROS TRABALHADORES DE SERVIÇOS DIVERSOS  
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original  
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2018: 32.21.18.18.19-62

**DEPENDENTES**

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE	31/01/2010	152.247.394-70
21	MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE	10/03/2015	152.246.974-50
11	LUCIANA ROBERTA BARBOSA SILVA	20/12/1985	064.925.364-79

TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES 6.825,24

**ALIMENTANDOS**

Sem Informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR**

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE	11.482,40	1.287,30	0,00	1.812,78	0,00
CNPJ/CPF: 08.917.080/0001-56					
FARMACIA ECONOMICA LTDA	7.387,78	591,36	0,00	149,73	0,00
CNPJ/CPF: 08.977.902/0001-94					
<b>TOTAL</b>	<b>18.870,18</b>	<b>1.878,66</b>	<b>0,00</b>	<b>1.962,51</b>	<b>0,00</b>

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES**

Sem Informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR**

Sem Informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES**

Sem Informações





NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2019

ANO-CALENDÁRIO 2018

RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

(Valores em Reais)

TOTAL 0,00

RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário 1.962,51

TOTAL 1.962,51

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem Informações

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem Informações

IMPOSTO PAGO / RETIDO

Sem Informações

PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ DO BENEFICIÁRIO	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
Titular					
99	FARMACIA ECONOMICA LTDA	08.977.902/0001-94		1.075,02	0,00
99	FARMACIA PAGUE MENOS LTDA	06.626.253/0836-93		1.146,16	0,00
Dependente: MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE					
01	COLEGIO E CURSO ALBERT EINSTEIN	08.971.231/0001-54		1.925,00	0,00
Dependente: LUCIANA ROBERTA BARBOSA SILVA					
11	REDE ORTOESTETICA	007.668.034-73		1.560,00	0,00
Dependente: HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE					
01	INSTITUTO MON SERRAT	41.153.008/0001-75		2.320,00	0,00



NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2019

ANO-CALENDÁRIO 2018

DOAÇÕES EFETUADAS

Sem Informações

DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2017	31/12/2018
21	COMPROU NA LOJA JUNIOR VEICULO SHOP DO AUTOMOVEL EM JOAO PESSOA PB CNPJ 130327180001/01 EM SETEMBRO/2016 GOL G 4 1.0 2009/2010 COR PRATA PLACA NPV 1826 PB NO VALOR DE 18.500,00. 105 - BRASIL RENAVAM: 00151519129	20.000,00	20.000,00
TOTAL		20.000,00	20.000,00

DÍVIDAS E ÔNUS REAIS

Sem Informações

ESPÓLIO

Sem Informações

DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS E CANDIDATOS A CARGOS ELETIVOS

Sem Informações



**NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE****CPF: 044.202.054-66****DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2019****ANO-CALENDÁRIO 2018****RESUMO****TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS****RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS**

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	18.870,18
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>18.870,18</b>

**DEDUÇÕES**

Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)	1.878,66
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi	0,00
Dependentes	6.825,24
Despesas com instrução	4.245,00
Despesas médicas	1.560,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>14.508,90</b>

**IMPOSTO DEVIDO**

Base de cálculo do imposto	4.361,28
Imposto devido	0,00
Dedução de incentivo	0,00
Imposto devido I	0,00
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00
Imposto devido II	0,00
Imposto devido RRA	0,00
Alíquota efetiva (%)	0,00
Total do imposto devido	0,00

**IMPOSTO PAGO**

Imposto retido na fonte do titular	0,00
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	0,00

**IMPOSTO A RESTITUIR**

0,00

**SALDO DE IMPOSTO A PAGAR**

0,00

**PARCELAMENTO**

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

**INFORMAÇÕES BANCÁRIAS**

Débito automático: NÃO

Banco  
Agência (sem DV)  
Conta para crédito



NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2019

ANO-CALENDÁRIO 2018

**EVOLUÇÃO PATRIMONIAL**

Bens e direitos em 31/12/2017	20.000,00
Bens e direitos em 31/12/2018	20.000,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2017	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2018	0,00

**OUTRAS INFORMAÇÕES**

Rendimentos isentos e não tributáveis	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	1.962,51
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00



RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELAS DEDUÇÕES LEGAIS  
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 044.202.054-66	Nome do declarante JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	Telefone (83) 32831131
Endereço AVENIDA GETULIO VARGAS	Número 271	Complemento CASA
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 58340-000	Município SAPE
		UF PB

(Valores em Reais)

TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	33.935,52
IMPOSTO DEVIDO	0,00
IMPOSTO A RESTITUIR	0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR	0,00
IMPOSTO A PAGAR	
GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE	0,00

Declaração recebida via Internet JV  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 24/04/2018 às 15:27:13  
0327601453



Sr(a) JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 044.202.054-66.  
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 24/04/2018, às 15:27:13, é:

32.21.18.18.19 - 62

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Declaração IRPF – Extrato:
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados
  - Situação Fiscal:
    - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2019, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

#### Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física permite a impressão do Darf para pagamento de todas as quotas, inclusive as em atraso. O Darf será impresso acrescido de juros equivalentes à taxa referencial do Sistema Especial de Liquidação e Custódia (Selic), para títulos federais, acumulada mensalmente, calculados a partir de 01/05/2018 até o mês anterior ao do pagamento e de 1% no mês do pagamento.

Se o pagamento da quota for efetuado após o seu vencimento, incidirá multa de mora de 0,33% ao dia, observado o limite máximo de 20%.

Para impressão do Darf o contribuinte deve utilizar a opção **Declaração / Imprimir / Darf do IRPF** e selecionar a quota para impressão.

No caso de quotas decorrentes de declarações retificadoras que ocorra mudança de imposto a pagar, para impressão de Darf acesse o Portal e-CAC na página do site da RFB na internet, no endereço <rfb.gov.br>. Em seguida, clique em "**Declarações e Demonstrativos**", selecione a opção "**Extrato do Processamento da DIRPF**". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "**Débitos**" para consultar o "**Demonstrativo de Débitos da Declaração**". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "**Impressão**" para emitir o Darf do mês desejado.



**NOME:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**CPF:** 044.202.054-66**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**  
**EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017****IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE CPF: 044.202.054-66  
Data de Nascimento: 06/01/1984 Título Eleitoral: 029143941228  
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Não  
Houve mudança de endereço? Não  
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não  
Endereço: Avenida GETULIO VARGAS Número: 271  
Complemento: CASA Bairro/Distrito: CENTRO  
Município: Sapé UF: PB  
DDD/Telefone: (83) 3283-1131  
CEP: 58340-000 DDD/Celular: (83) 9161-9181  
E-mail:  
Natureza da Ocupação: 42 - Servidor público de autarquia ou fundação municipal  
Ocupação Principal: 519 Outros trabalhadores de serviços diversos  
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original  
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2017: 168440078330

**DEPENDENTES**

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE	31/01/2010	152.247.394-70
21	MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE	10/03/2015	152.246.974-50
11	LUCIANA ROBERTA BARBOSA SILVA	20/12/1985	064.925.364-79
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES			6.825,24

**ALIMENTANDOS**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR**

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE CNPJ/CPF: 08.917.080/0001-56	20.283,60	1.264,76	0,00	800,00	0,00
FARMACIA ECONOMICA LTDA CNPJ/CPF: 08.977.902/0001-94	13.651,92	1.092,29	0,00	862,36	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>33.935,52</b>	<b>2.357,05</b>	<b>0,00</b>	<b>1.662,36</b>	<b>0,00</b>

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR**

Sem informações



NOME:	JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	
CPF:	044.202.054-66	IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA
DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL		EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

#### RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES

Sem informações

#### RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS

Sem informações

#### RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA

(Valores em Reais)

01. 13º salário	1.662,36
<b>TOTAL</b>	<b>1.662,36</b>

#### RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

#### RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)

Sem informações

#### RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR

Sem informações

#### RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES

Sem informações

#### IMPOSTO PAGO / RETIDO

Sem informações

#### PAGAMENTOS EFETUADOS

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ do Beneficiário	NIT EMPREGADO DOMÉSTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
------	----------------------	--------------------------	-------------------------------	------------	------------------------

Dependente: HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE

01	INSTITUTO MON SERRAT	41.153.008/0001-75		2.088,00	0.00
----	----------------------	--------------------	--	----------	------

Dependente: LUCIANA ROBERTA BARBOSA SILVA

21	REDE ORTOESTETICA DE SAPE	17.669.669/0002-54		850,00	0.00
----	---------------------------	--------------------	--	--------	------

Dependente: MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE

21	HOSPITAL RODRIGUES DE AGUIA	09.096.207/0001-86		270,00	0.00
----	-----------------------------	--------------------	--	--------	------

#### DOAÇÕES EFETUADAS

Sem informações

#### DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2016	31/12/2017
21	COMPROU NA LOJA JUNIOR VEICULO SHOP DO AUTOMOVEI EM JOAO PESSOA PB CNPJ 130327180001/01 EM SETEMBRO/2016 GOL G 4 1.0 2009/2010 COR PRATA PLACA NPV 1826 PB NO VALOR DE 18.500,00. 105 - Brasil	18.500,00	17.000,00





NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

**DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

(Valores em Reais)

CÓDIGO DISCRIMINAÇÃO

SITUAÇÃO EM

31/12/2016

31/12/2017

RENAVAM:

TOTAL

18.500,00

17.000,00

**DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

Sem informações

**ESPÓLIO**

Sem informações

**DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS**

Sem informações

**DOAÇÕES DIRETAMENTE NA DECLARAÇÃO - ECA**

Sem informações



**NOME:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**CPF:** 044.202.054-66**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL****IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA****EXERCÍCIO 2018****ANO-CALENDÁRIO 2017****RESUMO****TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO AS DEDUÇÕES LEGAIS****RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS**

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	33.935,52
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>33.935,52</b>

**DEDUÇÕES**

Contribuição à previdência oficial e à previdência complementar pública (até o limite do patrocinador)	2.357,05
Contribuição à previdência oficial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Contribuição à previdência complementar, pública (acima do limite do patrocinador) ou privada, e Fapi	0,00
Dependentes	6.825,24
Despesas com instrução	2.088,00
Despesas médicas	1.120,00
Pensão alimentícia judicial	0,00
Pensão alimentícia por escritura pública	0,00
Pensão alimentícia judicial (Rendimentos recebidos acumuladamente)	0,00
Livro caixa	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>12.390,29</b>

**IMPOSTO DEVIDO****IMPOSTO A RESTITUIR**

Base de cálculo do imposto	21.545,23	<b>SALDO DE IMPOSTO A PAGAR</b>	0,00
Imposto devido	0,00		
Dedução de incentivo	0,00	<b>PARCELAMENTO</b>	
Imposto devido I	0,00	Valor da quota	0,00
Contribuição Prev. Empregador Doméstico	0,00	Número de Quotas	0
Imposto devido II	0,00		
Imposto devido RRA	0,00		
Alíquota efetiva (%)	0,00		
Total do imposto devido	0,00		

**IMPOSTO PAGO****INFORMAÇÕES BANCÁRIAS**

Imposto retido na fonte do titular	0,00	Débito automático: NÃO
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00	
Carnê-Leão do titular	0,00	Banco
Carnê-Leão dos dependentes	0,00	Agência (sem DV)
Imposto complementar	0,00	Conta para crédito
Imposto pago no exterior	0,00	
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00	
Imposto retido RRA	0,00	
Total do imposto pago	0,00	



NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2018 ANO-CALENDÁRIO 2017

#### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e direitos em 31/12/2016	18.500,00
Bens e direitos em 31/12/2017	17.000,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2016	0,00
Dívidas e ônus reais em 31/12/2017	0,00

#### OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	1.662,36
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00



RECIBO DE ENTREGA DA DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL - OPÇÃO PELO DESCONTO SIMPLIFICADO  
DECLARAÇÃO ORIGINAL

IDENTIFICAÇÃO DO DECLARANTE

CPF do declarante 044.202.054-66	Nome do declarante JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE			Telefone (83) 32831131
Endereço AVENIDA GETULIO VARGAS		Número 271	Complemento CASA	
Bairro/Distrito CENTRO	CEP 58340-000	Município SAPE		UF PB

		(Valores em Reais)
TOTAL RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS		22.393,38
IMPOSTO DEVIDO		0,00
IMPOSTO A RESTITUIR		0,00
SALDO DO IMPOSTO A PAGAR		0,00
IMPOSTO A PAGAR GANHO DE CAPITAL - MOEDA EM ESPÉCIE		0,00

Declaração recebida via Internet JV  
pelo Agente Receptor SERPRO  
em 28/04/2017 às 10:08:16  
2788429889



Sr(a) JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE, inscrito no CPF sob o nº 044.202.054-66.  
O NÚMERO DO RECIBO de sua declaração apresentada em 28/04/2017, às 10:08:16, é:

16.84.40.07.83 - 30

Este número é de uso pessoal e NÃO deve ser fornecido a terceiros. Ele é obrigatório para:

- retificar esta declaração;
- gerar um código de acesso para obter informações e realizar serviços disponíveis na página da Secretaria da Receita Federal do Brasil na Internet, tais como:
  - Declaração IRPF – Extrato:
    - informação da situação do processamento;
    - apresentação de eventuais pendências e orientações sobre como resolvê-las;
    - alteração ou cancelamento de débito automático das quotas;
    - exibição de quotas do imposto em atraso e emissões dos Documentos de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) atualizados
  - Situação Fiscal:
    - Informação de eventuais pendências, inclusive as relativas à Dívida Ativa da União, e orientação sobre como regularizá-las.

Atenção: Guarde este número para informá-lo na declaração do exercício de 2018, no campo "número do recibo da declaração do ano anterior".

#### Informações sobre a Impressão do Darf

O programa da Declaração de Ajuste Anual do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física só permite a impressão do Darf para o pagamento da quota única ou da primeira quota.

O contribuinte pode obter o Darf para pagamento de todas as quotas do Imposto sobre a Renda da Pessoa Física, no sítio da RFB na Internet, no endereço <rfb.gov.br>, das seguintes formas:

1. Na barra "Em Destaque" da página inicial, clique na opção "Onde Encontro?" e selecione os ícones "Pagamentos" e "Pagamento do Imposto de Renda Pessoa Física". Posteriormente, selecione "Pagamento das quotas do Imposto de Renda Pessoa Física (IRPF)" e clique em "Programa para cálculo e emissão do Darf das quotas do IRPF". Após a leitura das "Dicas de Operação", clique em "Cálculo", na barra azul, e informe os dados solicitados até a impressão do DARF; ou

2. Na página inicial do sítio da RFB, clique na aba "Atendimento Virtual (e-CAC)" e acesse o Portal e-CAC. Em seguida, clique em "Declarações e Demonstrativos", selecione a opção "Extrato do Processamento da DIRPF". Na lista das declarações encontradas clique no ícone "Débitos" para consultar o "Demonstrativo de Débitos da Declaração". Após visualizar o quantitativo de quotas e a situação de cada uma delas, clique no ícone "Impressão" para emitir o Darf do mês desejado.



**NOME:** JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

**CPF:** 044.202.054-66

**IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA**

**DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL**

**EXERCÍCIO 2017**

**ANO-CALENDÁRIO 2016**

**IDENTIFICAÇÃO DO CONTRIBUINTE**

Nome: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE CPF: 044.202.054-66  
Data de Nascimento: 06/01/1984 Título Eleitoral: 029143941228  
Possui cônjuge ou companheiro(a)? Não  
Houve mudança de endereço? Não  
Um dos declarantes é pessoa com doença grave ou portadora de deficiência física ou mental? Não  
Endereço: Avenida GETULIO VARGAS Número: 271  
Complemento: CASA Bairro/Distrito: CENTRO  
Município: Sapé UF: PB  
CEP: 58340-000 DDD/Telefone: (83) 3283-1131  
E-mail: DDD/Celular: (83) 9161-9181  
Natureza da Ocupação: 42 - Servidor público de autarquia ou fundação municipal  
Ocupação Principal: 519 Outros trabalhadores de serviços diversos  
Tipo de declaração: Declaração de Ajuste Anual Original  
Nº do recibo da última declaração entregue do exercício de 2016:

**DEPENDENTES**

CÓDIGO	NOME	DATA DE NASCIMENTO	CPF
21	HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE	31/01/2010	
21	MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE	10/03/2015	
TOTAL DE DEDUÇÃO COM DEPENDENTES			4.550,16

**ALIMENTANDOS**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR**

(Valores em Reais)

NOME DA FONTE PAGADORA	REND. RECEBIDOS DE PES. JURÍDICA	CONTR. PREVID. OFICIAL	IMPOSTO RETIDO NA FONTE	13º SALÁRIO	IRRF SOBRE 13º SALÁRIO
PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE CNPJ/CPF: 08.917.080/0001-56	10.712,00	1.212,42	0,00	1.334,88	0,00
FARMACIA ECONOMICA LTDA CNPJ/CPF: 08.977.902/0001-94	11.681,38	934,51	0,00	722,65	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>22.393,38</b>	<b>2.146,93</b>	<b>0,00</b>	<b>2.057,53</b>	<b>0,00</b>

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA FÍSICA E DO EXTERIOR PELOS DEPENDENTES**

Sem informações





NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

**RENDIMENTOS ISENTOS E NÃO TRIBUTÁVEIS**

Sem informações

**RENDIMENTOS SUJEITOS À TRIBUTAÇÃO EXCLUSIVA / DEFINITIVA**

(Valores em Reais)

01. 13º salário	2.057,53
02. Ganhos de capital na alienação de bens e/ou direitos	0,00
03. Ganhos de capital na alienação de bens, direitos e aplicações financeiras adquiridos em moeda estrangeira	0,00
04. Ganhos de capital na alienação de moeda estrangeira em espécie	0,00
05. Ganhos líquidos em renda variável (bolsa de valores, de mercadorias, de futuros e assemelhados e fundos de investimento imobiliário)	0,00
06. Rendimentos de aplicações financeiras	0,00
07. Rendimentos recebidos acumuladamente	0,00
08. 13º salário recebido pelos dependentes	0,00
09. Rendimentos recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
10. Juros sobre capital próprio	0,00
11. Participação nos lucros ou resultados	0,00
12. Outros	0,00
<b>TOTAL</b>	<b>2.057,53</b>

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELO TITULAR (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS RECEBIDOS DE PESSOA JURÍDICA PELOS DEPENDENTES (IMPOSTO COM EXIGIBILIDADE SUSPensa)**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELO TITULAR**

Sem informações

**RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS DE PESSOA JURÍDICA RECEBIDOS ACUMULADAMENTE PELOS DEPENDENTES**

Sem informações

**IMPOSTO PAGO / RETIDO**

Sem informações

**PAGAMENTOS EFETUADOS**

(Valores em Reais)

CÓD.	NOME DO BENEFICIÁRIO	CPF/CNPJ do Beneficiário	NIT EMPREGADO DOMESTICO	VALOR PAGO	PARC. NÃO DEDUTÍVEL
------	----------------------	--------------------------	-------------------------	------------	---------------------

Dependente: HENZO RAFAEL BARBOSA CAVALCANTE

01	INSTITUTO MON SERRAT	41.153.008/0001-75		2.280,00	0,00
----	----------------------	--------------------	--	----------	------

Dependente: MARIA LUDMILLA BARBOSA CAVALCANTE

21	HOSPITAL RODRIGUES DE AGUIA	09.096.207/0001-86		840,00	0,00
----	-----------------------------	--------------------	--	--------	------

**DOAÇÕES EFETUADAS**

Sem informações



NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

**DECLARAÇÃO DE BENS E DIREITOS**

(Valores em Reais)

CÓDIGO	DISCRIMINAÇÃO	SITUAÇÃO EM	
		31/12/2015	31/12/2016
21	COMPROU NA LOJA JUNIOR VEICULO SHOP DO AUTOMOVEL EM JOAO PESSOA PB CNPJ 130327180001/01 EM SETEMBRO/2016 GOL G 4 1.0 2009/2010 COR PRATA PLACA NPV 1826 PB NO VALOR DE 18.500,00. 105 - Brasil	0,00	18.500,00
41	SALDO NA CONTA POUPANÇA NO BANCO DO BRASIL AG. SAPE PB CONTA NR. 18930-8 SALDO EM DEZEMBRO/2016 500,00 105 - Brasil	0,00	500,00
TOTAL		0,00	19.000,00

**DÍVIDAS E ÔNUS REAIS**

Sem informações

**ESPÓLIO**

Sem informações

**DOAÇÕES A PARTIDOS POLÍTICOS**

Sem informações





NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

EXERCÍCIO 2017

ANO-CALENDÁRIO 2016

RESUMO

TRIBUTAÇÃO UTILIZANDO O DESCONTO SIMPLIFICADO

RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS E DESCONTO SIMPLIFICADO

Recebidos de Pessoa Jurídica pelo titular	22.393,38
Recebidos de Pessoa Jurídica pelos dependentes	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelo titular	0,00
Recebidos de Pessoa Física/Exterior pelos dependentes	0,00
Recebidos acumuladamente pelo titular	0,00
Recebidos acumuladamente pelos dependentes	0,00
Resultado tributável da Atividade Rural	0,00
TOTAL DE RENDIMENTOS TRIBUTÁVEIS	22.393,38
Desconto Simplificado	4.478,67
Base de cálculo do Imposto	17.914,71
Imposto devido	0,00
Imposto devido RRA	0,00
Total do imposto devido	0,00

IMPOSTO PAGO

Imposto retido na fonte do titular	0,00
Imp. retido na fonte dos dependentes	0,00
Carnê-Leão do titular	0,00
Carnê-Leão dos dependentes	0,00
Imposto Complementar	0,00
Imposto pago no exterior	0,00
Imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004)	0,00
Imposto retido RRA	0,00
Total do imposto pago	0,00

IMPOSTO A RESTITUIR

0,00

SALDO IMPOSTO A PAGAR

0,00

PARCELAMENTO

Valor da quota	0,00
Número de Quotas	0

INFORMAÇÕES BANCÁRIAS

Débito automático: NÃO

Banco

Agência (sem DV)

Conta para crédito



NOME: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE

CPF: 044.202.054-66

DECLARAÇÃO DE AJUSTE ANUAL

IMPOSTO SOBRE A RENDA - PESSOA FÍSICA

EXERCÍCIO 2017 ANO-CALENDÁRIO 2016

#### EVOLUÇÃO PATRIMONIAL

Bens e Direitos em 31/12/2015	0,00
Bens e Direitos em 31/12/2016	19.000,00
Dividas e Ônus Reais em 31/12/2015	0,00
Dividas e Ônus Reais em 31/12/2016	0,00

#### OUTRAS INFORMAÇÕES

Rendimentos isentos e não tributáveis	0,00
Rendimentos sujeitos à tributação exclusiva/definitiva	2.057,53
Rendimentos tributáveis - imposto com exigibilidade suspensa	0,00
Depósitos judiciais do imposto	0,00
Imposto pago sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto pago Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e Aplicações Financeiras	0,00
Total do imposto retido na fonte (Lei nº 11.033/2004), conforme dados informados pelo contribuinte	0,00
Imposto pago sobre Renda Variável	0,00
Doações a Partidos Políticos e Candidatos a Cargos Eletivos	0,00
Imposto a pagar sobre o Ganho de Capital - Moeda Estrangeira em Espécie	0,00
Imposto diferido dos Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital	0,00
Imposto devido sobre ganhos líquidos em Renda Variável	0,00
Imposto devido sobre Ganhos de Capital Moeda Estrangeira - Bens, direitos e aplic. financeiras	0,00




00533 FARMACIA ECONOMICA LTDA			Demonstrativo de Pagamento de Salário		
AV COMENDADOR RENATO R COUTINHO, 1335					
01/07/2019 a 31/07/2019 SETOR DE VENDAS			08.977.902/0001-94		
000005 JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE			ATENDENTE DE FARM - BALCONISTA		
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	Salário Base	212:40	994,42		
015	Quinquênio 05%		49,72		
018	Adicional Noturno 20%		20,50		
402	Hora Extra com 100%	007:52	78,76		
420	Repouso Remunerado		11,67		
599	Salário Família	002,00	65,60		
399	Faltas	004:25		22,11	
606	Adiantamento			422,46	
903	INSS Folha			90,64	
Férias de 03/06/2019 até 02/07/2019 Dia(s) 2 (014:40) As melhores coisas acontecem para quem levanta e faz!			1.220,67	535,21	
			<b>Valor Líquido</b>	<b>685,46</b>	
Saldo Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	F.G.T.S do mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
1.063,00	1.132,96	8,00	1.132,96	90,64	663,14
DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO					
_____/_____/_____ DATA			_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO		

00533 FARMACIA ECONOMICA LTDA			Demonstrativo de Pagamento de Salário		
AV COMENDADOR RENATO R COUTINHO, 1335					
01/08/2019 a 31/08/2019 SETOR DE VENDAS			08.977.902/0001-94		
000005 JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE			ATENDENTE DE FARM - BALCONISTA		
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	Salário Base	220:00	1.115,00		
015	Quinquênio 05%		55,75		
018	Adicional Noturno 20%		30,86		
384	Diferença Salarial		54,60		
402	Hora Extra com 100%	009:22	102,32		
420	Repouso Remunerado		15,16		
599	Salário Família	002,00	65,60		
399	Faltas	004:15		23,21	
606	Adiantamento			467,72	
903	INSS Folha			108,03	
Toda ação humana, quer se torne positiva ou negativa, precisa depender de motivação.			1.439,29	598,96	
			<b>Valor Líquido</b>	<b>840,33</b>	
Saldo Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	F.G.T.S do mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
1.115,00	1.350,48	8,00	1.350,48	108,04	863,27
DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO					
_____/_____/_____ DATA			_____ ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO		



00533 FARMACIA ECONOMICA LTDA AV COMENDADOR RENATO R COUTINHO, 1335 01/06/2019 a 30/06/2019 SETOR DE VENDAS			Demonstrativo de Pagamento de Salário		08.977.902/0001-94
000005 JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE			ATENDENTE DE FARM - BALCONISTA		
Cód.	Descrição	Referência	Vencimentos	Descontos	
001	Salário Base	014:40	70,87	7,64	
015	Quinquênio 05%		3,54		
402	Hora Extra com 100%	001:48	18,26		
420	Repouso Remunerado		2,84		
599	Salário Família	002,00	65,60		
903	INSS Folha				
Férias de 03/06/2019 até 02/07/2019 Dia(s) 28 (205:20) A determinação é a chave para o sucesso!			161,11	7,64	
			Valor Líquido	153,47	
Saldo Base	Sal. Contr. INSS	Base Cál. FGTS	F.G.T.S do mês	Base Cál. IRRF	Faixa IRRF
1.063,00	95,51	8,00	95,51	7,64	0,00
DECLARO TER RECEBIDO A IMPORTÂNCIA LÍQUIDA DISCRIMINADA NESTE RECIBO					
/ / DATA			ASSINATURA DO FUNCIONÁRIO		

 <p><b>PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE</b> Rua Ordine Fernandes - 135 - Centro Sape/PB - 58340-000 Fone: (83) 3283-6586 08.917.080/0001-56</p>		<p><b>DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO</b></p>	
<p>Secretaria DMITRANS</p>		<p>Unidade de Trabalho</p>	
<p>Matrícula 2121900</p>		<p>Nome JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE</p>	
<p>Cargo AGENTE DE TRANSITO CLASSE B NIV II</p>		<p>Data de Admissão 18/04/2013</p>	
<p>Funcão</p>		<p>Classificação Funcional</p>	
<p>Temp. Serviço 06a, 04m e 13d</p>		<p>Temp. Serviço Ext. 00a, 00m e 00d</p>	
<p>CPF 044.202.054-66</p>		<p>PIS / PASEP 1.630.921.990-2</p>	
<p>RG 2875499-SSP/PB</p>		<p>Local de Origem Portaria de Origem</p>	
<p>Nível 237</p>		<p>Data de Nascimento 06/01/1984</p>	
<p>Portaria de Admissão 00011655 - 6</p>		<p>Costa Corrente</p>	
<p>Portaria de Admissão</p>		<p>Portaria de Admissão</p>	
<p>Rel. Ref. Parc. Prazo</p>		<p>Vantagens</p>	
<p>1100 VENCIMENTO</p>		<p>1.119,86</p>	
<p>1101 ANUÊNIO</p>		<p>16,48</p>	
<p>1101 GAE - LEI 796/2000</p>		<p>383,88</p>	
<p>1105 RISCO DE VIDA</p>		<p>499,00</p>	
<p>1154 INSALUBRIDADE</p>		<p>164,80</p>	
<p>2150 PREVSAPE</p>		<p>125,00</p>	
<p>2180 SATESFIT</p>		<p>12,66</p>	
<p>Total de Vantagens</p>		<p>2.184,02</p>	
<p>Total de Descontos</p>		<p>137,66</p>	
<p>Líquido</p>		<p>2.046,36</p>	
<p>Mensagem</p>			

VALIDADOR: 201200.2121900.6E96D6926A.08201900  
https://transparencia.almar.int.br/folhaPagCC\_Online?e=201200&vid=201200.2121900.6E96D6926A.08201900

Assinado eletronicamente por: JOSE ALVES DA SILVA NETO - 11/10/2019 15:22:58

http://pje.tjpb.jus.br:80/pje/Processo/ConsultaDocumento/listView.seam?x=19101115225369200000024416141

Número do documento: 19101115225369200000024416141





**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE**  
Rua Orlene Fernandes - 135 - Centro Sape/PB - 58340-000  
Fone: (83) 3283-6586  
08.917.080/0001-56

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO**

Secretaria		Unidade de Trabalho	
DMITRANS			
Matricula		Competência	
2121900		07/2019	
Nome		JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	
Cargo		AGENTE DE TRANSITO CLASSE B NIV II	
Data de Admissao		18/04/2013	
Tipo de Contrato		ESTATUTARIO	
Funciao		Classificacao Funcional	
Temp. Servico		Temp. Servico Ext.	
06a, 03m e 13d		00a, 00m e 00d	
Local de Origem		Portaria de Origem	
Portaria de Origem		Portaria de Admissao	
CPF		RG	
044.202.054-66		1.630.921.990-2	
PIS / PASEP		SSP/PB	
1.630.921.990-2		2875499 - SSP/PB	
Data de Nascimento		CBO	
06/01/1984		411010	
Codigo		Ref.	
1100		2	
1101		2	
1101		2	
1105		20	
1154		11	
2150		11	
2180		11	
VENCIMENTO		1.119,86	
ANUENIO		16,48	
GAE - LEI 796/2000		383,88	
RISCO DE VIDA		499,00	
INSALUBRIDADE		164,80	
PREVSAPE		125,00	
SATESFIT		12,66	
Total de Vantagens		Total de Descontos	
2.184,02		137,66	
Liquido		2.046,36	
Mensagem			

VALIDADOR: 201200.2121900.8331290808.07201900  
[https://transparencia.cdnaz.int.br/fohnarpgCC\\_Ohline?e=201200&vId=201200.2121900.8331290808.07201900](https://transparencia.cdnaz.int.br/fohnarpgCC_Ohline?e=201200&vId=201200.2121900.8331290808.07201900)



**PREFEITURA MUNICIPAL DE SAPE**  
Rua Orlene Fernandes - 135 - Centro Sape/PB - 58340-000  
Fone: (83) 3283-6586  
08.917.080/0001-56

**DEMONSTRATIVO DE PAGAMENTO**

Secretaria		Unidade de Trabalho	
DMITRANS			
Matricula		Competência	
2121900		06/2019	
Nome		JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE	
Cargo		AGENTE DE TRANSITO CLASSE B NIV II	
Data de Admissao		18/04/2013	
Tipo de Contrato		ESTATUTARIO	
Funciao		Classificacao Funcional	
Temp. Servico		Temp. Servico Ext.	
06a, 02m e 12d		00a, 00m e 00d	
Local de Origem		Portaria de Origem	
Portaria de Origem		Portaria de Admissao	
CPF		RG	
044.202.054-66		1.630.921.990-2	
PIS / PASEP		SSP/PB	
1.630.921.990-2		2875499 - SSP/PB	
Data de Nascimento		CBO	
06/01/1984		411010	
Codigo		Ref.	
1100		2	
1101		2	
1101		2	
1105		20	
1154		11	
2150		11	
2180		11	
VENCIMENTO		1.119,86	
ANUENIO		16,48	
GAE - LEI 796/2000		383,88	
RISCO DE VIDA		499,00	
INSALUBRIDADE		164,80	
PREVSAPE		125,00	
SATESFIT		12,66	
Total de Vantagens		Total de Descontos	
2.184,02		137,66	
Liquido		2.046,36	
Mensagem			

VALIDADOR: 201200.2121900.4FD2AC2329.06201900  
[https://transparencia.cdnaz.int.br/fohnarpgCC\\_Ohline?e=201200&vId=201200.2121900.4FD2AC2329.06201900](https://transparencia.cdnaz.int.br/fohnarpgCC_Ohline?e=201200&vId=201200.2121900.4FD2AC2329.06201900)



**ESTADODAPARAÍBA**  
**PODERJUDICIÁRIO**  
**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO/DECISÃO**

**Vistos, etc.**

Cuidam os autos de ação de cobrança de seguro DPVAT ajuizada por Jonatas Hugo da Silva Cavalcante em face de Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT.

Despacho inicial determinando a apresentação de elementos para a aferição do pedido de gratuidade processual, tendo o requerente apresentado contracheques e a guia do valor das custas iniciais, pugnando, desse modo, pelo deferimento do pedido.

**É O RELATÓRIO. DECIDO:**

O art. 98, do NCPC, em seu parágrafo 5º, fixou que a gratuidade poderá consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver que adiantar no curso do processo:

§ 5ºA gratuidade poderá ser concedida em relação a algum ou a todos os atos processuais, ou .  
**consistir na redução percentual de despesas processuais que o beneficiário tiver**de adiantar no curso do procedimento.

Nesse passo, vê-se que o NCPC instituiu a possibilidade de o Juiz, **diante da situação concreta e considerando a capacidade econômica da parte**, reduzir o valor das despesas processuais em favor do beneficiário da gratuidade processual.



Assim, a nova norma processual civil passou a estabelecer situações em que o benefício da justiça gratuita consistirá não no afastamento total das despesas processuais, mas na sua redução proporcional, em função da capacidade econômica da parte.

Na situação em apreço, o autor é servidor público, sendo que possui remuneração líquida total de R\$ 2.000,00 (dois mil reais), aproximadamente.

Ademais, o valor das custas iniciais é de pouco mais de R\$ 1.190,48 (hum mil, cento e noventa reais e quarenta e oito centavos).

Desse modo, embora aparentemente o dispêndio de tal valor pudesse comprometer o orçamento mensal do autor, é de se ver que existe a possibilidade de redução deste valor a um patamar condizente com a capacidade financeira de ambos.

Penso, portanto, ser o caso de aplicação do disposto no art. 98, parágrafo 5º, do NCPC, com a consequente redução do valor das despesas processuais.

Todavia, considerando a capacidade econômica do autor da ação, penso que a redução deverá se dar no patamar de 50% (cinquenta por cento) dos valores apontados na guia de custas apresentada.

**DIANTE DO EXPOSTO**, com base no art. 98, parágrafo 5º, do NCPC, **DEFIRO** a gratuidade processual aos autores, a qual consistirá **apenas** na redução do valor das despesas processuais **iniciais**. Assim, reduzo o valor das despesas processuais iniciais em 50% (cinquenta por cento), fixando-a em R\$ 595,24 (quinhentos e noventa e cinco reais e vinte e quatro centavos), autorizando, ainda, o seu parcelamento em 04 (quatro) vezes.

Destarte:

1 – INTIME-SE a parte autora para que, **no prazo de quinze dias**, proceda com o recolhimento integral ou, pelo menos, da primeira parcela do valor, sob pena de cancelamento da distribuição, na forma do art. 290, do NCPC;

2 – Comprovado integral ou da primeira parcela, voltem os autos conclusos.

Sapé, data e assinatura eletrônica.

Juiz **RENAN DO VALLEMELO MARQUES**

Titular da 3ª Vara de Sapé



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE  
SAPÉ-PB.

**AUTOS: 0802335-18.2019.815.0351.**

**JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, já amplamente qualificada nestes autos, vem por meio de seus patronos, perante V. Exa. expor e requerer:

De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105), qualquer ato processual (não apenas recursos) que for praticado antes de iniciado o respectivo prazo há de ser considerado tempestivo, o que se revela mais lógico e consentâneo com os princípios que regem o processo civil moderno.

Em respeito ao que foi determinado por este Douto Juízo, o autor do fato faz juntada do comprovante da 1ª parcela das custas processuais, cuja cópia segue em anexo.

Face ao exposto, pugna pela citação da parte promovida.

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Sapé, 18/11/2019.

José Alves da Silva Neto

OAB-PB 14.651









**ESTADODAPARAÍBA**

**PODERJUDICIÁRIO**

**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a demandada não costuma promover autocomposição, antes da realização da prova pericial.

Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta.

Intimações necessárias.

Juiz de Direito



EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA 3ª VARA DA COMARCA DE  
SAPÉ-PB.

**AUTOS: 08-2335-18.2019.815.0351.**

**JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE**, já amplamente qualificada nestes autos, vem por meio de seus patronos, perante V. Exa. expor e requerer:

De acordo com o Novo Código de Processo Civil (Lei 13.105), qualquer ato processual (não apenas recursos) que for praticado antes de iniciado o respectivo prazo há de ser considerado tempestivo, o que se revela mais lógico e consentâneo com os princípios que regem o processo civil moderno.

Em respeito ao que foi determinado por este Douto Juízo, o autor do fato faz juntada do comprovante de pagamento da 2ª parcela das custas judiciais, cuja cópia segue em anexo.

Nestes Termos,



Pede deferimento.


Sapé, 19/12/2019.

José Alves da Silva Neto

OAB-PB 14.651



 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via da parte)			Número do boleto: 035.4.19.01078/02
N° do Processo: 0802335-18.2019.815.0351 Comarca: Sape Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 12/12/2019
Número da guia: 035.2019.601078 Tipo da Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 31/12/2019
Detalhamento: - Custas Processuais: R\$ 126,65 - Taxa Judiciária: R\$ 20,58 - Taxa bancária: R\$ 1,35			UFR vigente: R\$ 50,66
Promovente: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
Observações: - Pagar nas agências do Banco do Brasil ou nos correspondentes bancários.			Parcela: 2/4
866400000018 485809283180 520191231031 541901078025 			Valor total: R\$ 295,81
			Desconto total: R\$ 147,23
			Valor final: R\$ 148,58

 <b>Poder Judiciário do Estado da Paraíba</b> Guia de Recolhimento de Custas e Taxas Lei nº 5.672/92, Lei nº 6.682/98 e Lei nº 6.688/98 (Via do processo)			Número do boleto: 035.4.19.01078/02
N° do Processo: 0802335-18.2019.815.0351 Comarca: Sape Classe Processual: PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL - CÍVEL - 7			Data de emissão: 12/12/2019
Número da guia: 035.2019.601078 Tipo de Guia: Custas Ocasionais de Destituição do Benefício da Justiça Gratuita			Data de vencimento: 31/12/2019
Promovente: JONATAS HUGO DA SILVA CAVALCANTE Promovido: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.			UFR vigente: R\$ 50,66
Detalhamento:			Conta FEJPA: 1618-7/228.039-6
			Parcela: 2/4
			Valor total: R\$ 295,81
			Desconto total: R\$ 147,23
			Valor final: R\$ 148,58

Rede Mais Voce

Via Cliente

1600 ECONOMICA L1011044

Pos: 71055002 L11236 Desc: 29 Desc: 111566

12/12/19 00:16:07

CORRESPONDENTE LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

12/12/2019 BANCO DO BRASIL 08:16:06

0802335-18.2019.815.0351 CORRESPONDENTE BANCARIO 0413

COMPROVANTE PAGAMENTO COM C.O. 040994

CONVÊNIO: TR BUBA (LE JUSTIÇA PB)

86640000001 48580928318 520191231031

541901078025

NR. DOCUMENTO: 761 983-0

NR. CONVENIO: 1612/2019

DATA DO PAGAMENTO: 148,58

VIA DO PAGAMENTO

NR. AUTENTICADO: 0 940.606 CBL 600.180





**ESTADODAPARAÍBA**

**PODERJUDICIÁRIO**

**3ª VARA DA COMARCA DE SAPÉ**

**DESPACHO**

**Vistos, etc.**

Em que pese o contido no art. 334, do NCPC, tem-se que a prática forense tem revelado que a demandada não costuma promover autocomposição, antes da realização da prova pericial.

Desse modo, torna-se infrutífera a designação de audiência de conciliação, quando já visualizada a sua não realização. Ademais, a designação desse ato, quando improvável a sua realização, atenta frontalmente contra o princípio da celeridade processual. Assim, deixo de designar a dita audiência.

Nesse passo, CITE-SE o réu para que, no prazo de 15 (quinze) dias, apresente resposta.

Intimações necessárias.

Juiz de Direito

